

EM TORNO DA RESIDÊNCIA SENHORIAL FORTIFICADA

Quatro Torres Medievais na região de Amares*

por Mário Jorge Barroca**

I

Os finais do século XII e, sobretudo, o século XIII ficaram marcados, um pouco por toda a Europa, por importantes mutações ao nível do habitat senhorial onde o aparecimento e a difusão da *domus fortis* se pode considerar como o corolário de um complexo fenómeno. Trata-se de um acontecimento de suma importância pois, com ele, configuram-se pela primeira vez de uma forma clara as especificidades que, em cada região, individualizam a habitação dos estratos privilegiados da sociedade ocidental. O seu estudo revela-se fundamental não só para o desenvolvimento de perspectivas que importam antes do mais à Arqueologia Medieval — orgânica de espaços habitacionais, soluções defensivas, técnicas de construção, civilização material, etc. — mas também para a História Medieval pois, como bem sublinhou Michel de Waha,

* O texto que ora se publica foi o tema apresentado em comunicação ao *VI Colóquio Português de Arqueologia*, organizado pelo Centro de Estudos Humanísticos, e que teve lugar no Porto entre 16 e 18 de Outubro de 1987, tendo sido entregue para publicação nas respectivas Actas em Dezembro desse ano. Em virtude do enorme atraso verificado na edição das Actas dessa reunião, que ainda não saíram a público, e sem prejuízo de aí ser publicado, damos agora a estampa o texto tal como foi entregue à Organização do Colóquio. Já depois de termos escrito a versão definitiva da comunicação tivemos conhecimento de mais dois trabalhos que importam ao objecto do nosso estudo. Referimo-nos a Eugénio de Castro, «Os Meus Vasconcelos», separata de *Biblos*, Coimbra 1933, e a J. J. Rigaud de Sousa, «Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga», separata de *O Distrito de Braga*, 2.ª Série, vol. III, Braga 1978.

** Do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.

«Le monument n'est en réalité qu'une superstructure qui cache des faits plus généraux, qui invite à pénétrer une infrastructure plus profonde et fondamentale. (...) Avec les villages, ces habitats seigneuriaux tissent les mailles du réseau de peuplement qui témoigne de la prise de possession du sol et de la maîtrise progressive du milieu par nos ancêtres. Le choix des sites, leur densité, leur liaison spatiale aux villages, leur inscription dans les finages constituent autant de données fondamentales qui expriment un milieu historique»¹.

Infelizmente os investigadores portugueses não têm dedicado suficiente atenção a um tema tão rico quanto este, e, os poucos estudos que a ele foram consagrados poucos dados inovadores conseguiram trazer.

As características materiais das primeiras residências nobilitadas são-nos ainda profundamente desconhecidas. Pouco ou nada sabemos sobre a estrutura das casas onde habitavam os elementos da Nobreza dos séculos X e XI, não só porque as referências documentais são muito lacónicas mas também porque a Arqueologia Medieval portuguesa pouco explorou nesses domínios simultaneamente tão ingratos e tão promissores. Até mesmo para as residências dos Condes Portucalenses e dos nossos primeiros monarcas os dados disponíveis são escassos. Na «Vida de S. Rosendo» refere-se que os paços de D. Guterre Mendes e de D. Ilduara Eriz, dos inícios do século X, se encontravam sediados na vila de Salas (freg. de Monte Córdova, Sto. Tirso), a cerca de 2 milhas do templo de S. Salvador, que a condessa mandara edificar no alto de Monte Córdova como voto de gratidão pelo nascimento de S. Rosendo². No entanto, sobre a sua estrutura arquitectónica, sobre os materiais utilizados nessa construção ou sobre a presença (ou ausência) de soluções defensivas nenhum elemento se pode, por ora, avançar. Na mesma situação se encontram os paços reais dos nossos primeiros monarcas, nomeadamente os de Guimarães e de Coimbra³. Mais interessantes se afiguram os dados relativos aos paços condaís de D. Mumadona Dias e de D. Hermenegildo (ou Mendo) Gonçalves, que Manuel Real teve oportunidade de detectar

¹ Michel de Waha, 1986, p. 95.

² M. H. Rocha Pereira, 1970, pp. 40/41 e 18/19. Sobre Ilduara Eriz e Guterre Mendes cf. J. Mattoso, 1981A, p. 117.

³ Oliveira Marques, ³1974, pp. 67/68. Os Paços de Guimarães, que vinham desde o tempo do Conde D. Henrique, implantavam-se nas imediações da Colegiada. Os de Coimbra, que também remontavam ao período condal, na área da Alcáçova. Ambos mantiveram, como salienta Oliveira Marques, a preferência dos nossos primeiros monarcas.

durante os trabalhos arqueológicos no Convento da Costa⁴. Esta habitação implantava-se estrategicamente num pequeno promontório de onde disfrutava de um amplo campo de visão, quer sobre o Mosteiro de Guimarães e o Castelo de S. Mamede, quer sobre uma parte significativa dos bens fundiários que Mumadona Dias legou ao cenóbio vimaranense que fundara. Em termos defensivos a implantação da residência condal era sábia, dominando todo o vale. De resto, as preocupações com a segurança não andaram arredadas do espírito dos condes. O palácio possuía uma torre pétreia de planta quadrangular, de carácter defensivo, de que sobrevivem vestígios importantes, nomeadamente um notável arco ultrapassado moçárabe⁵. Esta torre, símbolo de segurança e de prestígio, encontrava-se adossada à parede Sul do templo moçárabe da Costa. Do seu ângulo Sudeste arrancava um muro que a ligava a uma construção rectangular com um espaço util de cerca de 6m x 15m, com toda a probabilidade o paço condal do segundo quartel do século X. A sua construção era pétreia, facto que, atendendo à época, sublinha bem o seu cariz nobilitado.

No entanto, se exceptuarmos o exemplo da Costa, relacionado com a mais alta hierarquia social — e mesmo assim tão parco em informações —, mais nenhum caso se pode apontar de uma residência senhorial de tão recuada época. Para os nobres que serviam os Condes portugalenses não conhecemos qualquer estrutura residencial.

É provável que, como alguns autores têm vindo a defender em França para épocas um pouco mais recentes, essas estruturas se implantassem no coração das suas explorações agrícolas e que se socorressem de materiais perecíveis. Jean-Marie Pesez, num interessante estudo sobre a casa medieval dos séculos XI a XIII, diz-nos que a residência altimedieval é uma «*maison pour rien*», utilizando materiais construtivos de fácil acesso e ignorando o auxílio de técnicos especializados⁶, acrescentando:

«Ce qui sépare la maison seigneuriale de la demeure paysanne, c'est moins les matériaux et les modes de construction, souvent identiques, que les dimensions et l'environnement: nécessairement plus vaste et plus complexe, la *domus* seigneuriale s'isole par des fossés,

⁴ Manuel Real, 1985, pp. 27/30. Sobre Mumadona Dias e Hermenegildo (ou Mendo) Gonçalves cf. J. Mattoso, 1981A, pp. 139/140.

⁵ Manuel Real, 1985, p. 19.

⁶ J.-M. Pesez, 1984, p. 109.

s'élève parfois sur une plate-forme et se dote de quelques éléments défensifs, relativamente modestes (...)⁷.

No entanto, se é certo que as famílias nobres detinham solares e que essas residências senhoriais dos séculos X a XII se deveriam implantar junto dos domínios fundiários, um outro tipo de habitat pode ser detectado para a alta nobreza dos séculos XI e XII: o castelo. Efectivamente, cremos que se pode admitir com segurança que alguns elementos da alta nobreza residiam, mesmo que temporariamente, nos castelos, estruturas fortificadas onde a componente militar se sobrepõe às características civis⁸. Os nobres a quem o monarca confiava a tenência de um território podiam ocupar o seu castelo com fins residenciais. Nos finais do século XI encontramos um exemplo bem significativo. Quando D. Froila Crescones sentiu que se aproximava o derradeiro momento da sua existência fez-se rodear do Bispo D. Pedro, de vários abades e de «*fratres et laicos multos*», perante os quais ditou as suas últimas vontades. Este documento, a que Avelino de Jesus da Costa atribui uma datação crítica compreendida entre os anos de 1078 e 1091, é singularmente importante não só para a história das sensibilidades do homem medieval perante a Morte, mas também para a caracterização do habitat senhorial. D. Froila Crescones encontrava-se, então, jazendo enfermo, no Castro de Argifonso («...*in kastro Argefonsi ubi ego infirmo jaceo...*»)⁹. No entanto, o facto de a estrutura castelar, mormente a Torre de Menagem, poder ter sido utilizada como residência senhorial, não obsta a que essas mesmas famílias detivessem um solar, até porque as tenências podiam ser retiradas pelo monarca. Sublinha, apenas, como essa residência-mãe, talvez não fortificada ou munida apenas de estruturas elementares de defesa, podia ocupar um lugar senão mais secundário pelo menos mais privado.

Durante a segunda metade do século XII e, sobretudo, a partir da transição para a centúria seguinte, um novo fenómeno vai percorrer as paisagens rurais da Europa: o advento da *domus fortis*, da casa fortificada. J.-M. Pesez sublinhou bem como é grande o contraste entre a nova estrutura habitacional, concebida normalmente em pedra e revelando

⁷ J.-M. Pesez, 1984, p. 110. A mesma ideia tb. p. 122.

⁸ J. Mattoso, 1985, I, p. 94.

⁹ A. J. Costa, 1959, II, p. 381, doc. 26. Sobre o Castro de Argifonso (Vila do Conde) veja-se F. Russel Cortez, 1949. Já tivemos oportunidade de referir a importância deste documento em M. J. Barroca, 1987, p. 262.

uma preocupação de perenidade, quando comparada com o carácter perecível e quase efémero das anteriores casas nobilitadas¹⁰. A sincronia deste fenómeno em zonas tão diversas, mesmo que revestindo-se de características específicas em cada uma delas, não deixa de ser surpreendente. André Debord registou que

«Un pen partout en France on voit entrer en usage à peu près au même moment (premier tiers du XIII^e siècle) un vocabulaire nouveau (*fortis domus, fortalicium...*) qui traduit avec, comme il est habituel, un certain retard chronologique, un phénomène nouveau, celui de la maison-forte»¹¹,

acrescentando que

«... la maison-forte n'apparaît qu'à la fin du XII^e siècle ou au début du XIII^e siècle...»¹².

A proliferação destas novas construções vai-se detectar um pouco por toda a Europa ocidental com cronologias muito semelhantes, que grosso modo se centram entre o último terço do século XII e os meados do século XIII, abrangendo zonas tão díspares quanto a Itália e a Flandres, a Holanda, a Bélgica, a Inglaterra e a Alemanha¹³.

Este processo tem sido associado, por vários autores, com diferentes mutações a que então se assiste. Por um lado, e antes do mais, com mutações sociais, nomeadamente a ascensão encetada, nos alvares do século XIII, por elementos pertencentes a linhagens secundárias ou em plena afirmação. Gérard Louise estima que na zona da Normandia, onde o aparecimento da *domus fortis* é datável da segunda metade do século XII e inícios da centúria seguinte, cerca de 51% dessas estruturas foram edificadas por membros de pequena nobreza:

«La petite aristocratie rurale issue de l'entourage des seigneurs châtelains semble dominer. (...) Ainsi, vers 1200, la moitié des sites fossoyés et des maisons fortes était probablement en place. La petite aristocratie rurale — dont un bon tiers de *milités* — issue de la

¹⁰ J.-M. Pesez, 1984, p. 109.

¹¹ A. Debord, 1982, p. 85.

¹² A. Debord, *idem*. Veja-se, tb., J.-M. Pesez, 1984, p. 122 e G. Fournier, 1978, p. 210 e ss.

¹³ Para Itália, por exemplo, A. A. Settia, 1980, p. 31 e ss.; para várias regiões da Europa consultem-se as numerosas comunicações apresentadas ao Colóquio de Pont-à-Mousson em 1984 (cf. Michel Bur, 1986).

clientèle ou de la vassalité des seigneurs châtelains y avait sans aucun doute installé sa résidence»¹⁴.

Também entre nós, pese embora a falta de estudos sistemáticos orientados nesta perspectiva, cremos que se poderá considerar que uma parte significativa das residências senhoriais fortificadas que nos surgem a partir dos finais do século XII se podem associar a linhagens secundárias, em plena fase de ascensão e de afirmação na sociedade medieval portuguesa. Estes nobres teriam visto nessa nova estrutura arquitectónica uma forma de se afirmarem não só perante as populações rurais mas, sobretudo, perante as antigas linhagens, detentoras de castelos e cientes dos seus poderes¹⁵. Como sublinhou José Mattoso, ao contrário da quintã, «a torre é o símbolo e a materialização dos poderes senhoriais»¹⁶. De resto, não foi de uma forma gratuita que a Torre foi eleita como o «novo» símbolo desses poderes. A semelhança das novas torres senhoriais com as antigas torres de menagem dos castelos é bem sintomática dessa busca de poder e de autoridade. E, também, de prestígio. Como escreveu Bernard Fournioux,

«L’habitat de ces simples chevaliers, selon les documents comparés, semble bien avoir été inspiré et conçu à l’image de celui du seigneur châtelain dont il s’avère la réplique aux dimensions des ressources et de la condition sociale de son détenteur. On ne peut, en effet, manquer d’établir un parallèle entre donjons de ces petits seigneurs châtelains et les tours des petits *milites*, leurs vassaux (...)»¹⁷.

Ou como reconheceu Gabriel Fournier,

«... la maison forte, si elle ne se confondait pas avec un véritable château, se distinguait des maisons paysannes. D’une part, des détails de son architecture et de son plan étaient empruntés aux forteresses qui assuraient prestige et puissance aux seigneurs les plus importants:

¹⁴ Gérard Louise, 1986, p. 34. A situação apresenta-se semelhante para o séc. XIV, onde o autor estima que 46,4% das residências fortificadas pertencem à pequena nobreza de cavaleiros, escudeiros e senhores rurais, mantendo-se ainda para a centúria seguinte (cf. p. 35). A mesma tendência foi detectada por outros autores em diferentes áreas: cf. para a Lorraine: Gerard Giuliato, 1986, p. 171/172, para o Périgord: Bernard Fournioux, 1988, p. 259.

¹⁵ G. Fournier, 1978, p. 212/213.

¹⁶ J. Mattoso, 1982A, p. 150.

¹⁷ B. Fournioux, 1988, p. 259.

si l'efficacité de certains organes était discutable sur le plan militaire, ils n'en avaient pas moins une valeur symbolique»¹⁸.

Mas, por outro lado, todo este fenómeno não pode deixar de ser equacionado com um outro processo a que a Europa meridional então assiste: o da petrificação das estruturas de habitat. Iniciado precisamente nas estruturas castelares, por questões de segurança e da evolução da poliorcética, ele vai alastrar igualmente à casa civil, primeiro nos meios urbanos e nos estratos privilegiados e, depois, progressivamente, nos meios rurais e nos estratos menos protegidos¹⁹. Os templos, «casa do Senhor», vão evidenciar esta tendência de uma forma mais precoce, por questões de prestígio e de homenagem. Este fenómeno, que apresenta diferentes faseamentos consoante as regiões, pode não ter tido uma repercussão tão grande no Noroeste Peninsular quanto o teve noutras áreas de além-Pirinéus, até porque as características geológicas parecem ter imposto desde muito cedo a pedra como material de construção. No entanto cremos que a situação pode não ter sido tão líquida quanto alguns autores têm pretendido. Não será por demais recordar que a larga maioria das estruturas arquitectónicas mediévicas que sobreviveram até aos nossos dias — erguidas efectivamente com o recurso à pedra — são não só muito tardias como, sobretudo, construções de prestígio e de excepção — igrejas, castelos, etc. — que não se devem assimilar com as construções destinadas à habitação quotidiana. Bastará ter em conta as referências documentais de algumas cidades medievais portuguesas ou percorrer as ilustrações do «Livro das Fortalezas» de Duarte D' Armas, dos inícios do século XVI, para se ter consciência de quanto o recurso a materiais perecíveis, nomeadamente à madeira, foi corrente ao longo dos tempos mediévicos para se fazer face à necessidade de se erguer casa. E, de resto, a importância do uso da madeira em construções militares pode ter sido bastante mais significativa do que se julga²⁰. Lamentavelmente todo este processo de petrificação de estruturas de habitat escapa-se-nos perante a total ausência de dados que possuímos, em Portugal, sobre povoados desertificados ou a casa civil.

¹⁸ G. Fournier, 1978, p. 211. Tb. J.-M. Pesez perfilha da mesma ideia (1984, p. 123: «dans la maison seigneuriale les éléments défensifs ont surtout valeur de symbole»).

¹⁹ J.-M. Pesez, 1984, p. 112 e 113.

²⁰ Cf. o exemplo do Castelo de Baião bem o demonstra, com a sua primeira fase erguida em madeira (M. J. Barroca, 1988).

Por fim, uma terceira componente deve ser tomada em consideração: a progressiva sedentarização da sociedade peninsular, à medida que o processo da Reconquista se consolidava²¹. As famílias nobres denunciavam uma tendência para se fixarem junto dos seus domínios, zelando pelos seus bens de fortuna. Assim, a procura da construção pétreia pode ser também explicada por uma preocupação de prolongar a longevidade do solar que, a partir de agora, e mais que nunca, é também ele um bem de fortuna e um símbolo de domínio²². Ao mesmo tempo, sublinhava-se o seu carácter nobilitado, já que uma construção em pedra é sempre prestigiante.

No Entre-Douro-e-Minho o estudo das residências senhoriais não pode ser isolado da análise das Honras, terras imunes mantidas sob a alçada de nobres. A tendência para a fixação dos nobres junto dos seus domínios foi acompanhada por uma «configuração mais precisa das Honras»²³. As terras imunes, à medida que alastrava o número de nobres, viam-se cada vez mais prezadas e cobiçadas. E, no século XIII, com todas as medidas tomadas pelos monarcas — sobretudo com as Inquirições de Afonso III e de D. Dinis — as possibilidades de se adquirirem novas Honras ou de alargar as já existentes tornavam-se progressivamente mais restritas. À nobreza que então encetava o processo de ascensão social poucas hipóteses se podiam oferecer: servir o monarca e conquistar-lhe os seus favores, definir uma cuidadosa estratégia matrimonial para os seus descendentes ou alargar os seus domínios por abusos ou pelo amálgamo, situações que as Inquirições procuravam evitar. Por isso, como sublinhou José Mattoso, ao contrário das linhagens antigas, que iam buscar o seu nome a territórios mais ou menos vastos, por onde se disseminavam as suas Honras e os seus interesses fundiários — Baião, Maia, Sousa, Bragança, Riba-Douro, Riba-Vizela, Marnel, Lanhoso, etc. —, as famílias nobres que nos surgem em plena ascensão social no século XIII vão, em vários casos, buscar o seu nome de linhagem ao topónimo da sua Honra principal, onde se encontrava o solar — Vasconcelos, Dornelas, Cunha, Silva, Pereira, etc. —²⁴. Este facto é sintomático do crescente valor da Honra para a família que a detinha e, também, um reflexo de como a geografia das propriedades desses novos senhores era muito mais coesa e concentrada do que os vastos e desarticulados domínios das velhas linhagens. Aos novos senhores tornava-se possível uma identificação com uma terra, uma localidade. Para os membros da

²¹ J. Mattoso, 1982A, p. 150.

²² J.-M. Pesez, 1984, p. 113.

²³ J. Mattoso, 1982A, p. 151.

²⁴ J. Mattoso, 1982A, p. 149/150; Bernard Fournioux, 1988, p. 256.

família dos Vasconcelos, o lugar de Vasconcelos era aquele onde se situava o seu solar, a casa-mãe. Era um local estimado e por certo muito especial. Mas, para os Sousas ou para qualquer outra velha linhagem pouco significado poderia ter uma localidade, por exemplo, do vale do Sousa. Para essas famílias a identificação recaía muito mais sobre um grande território — o do Vale do Sousa, com a sua Terra — do que sobre pequenas localidades, uma vez que os seus bens se repartiam por uma vasta área²⁵.

O aparecimento da *domus fortis* no Entre-Douro-e-Minho é um fenómeno que acompanha, cronologicamente, a tendência geral da Europa. Alguns exemplos mais ou menos esporádicos podem ser apontados para os finais do século XII, mas seria preciso aguardar pelo século XIII para se assistir a uma decisiva difusão das residências fortificadas. Um dos exemplos mais precoces que pode ser apontado é o da residência de Lourenço Fernandes da Cunha, um caso excepcional não só pelos eventos que envolveram a curta existência dessa torre senhorial como também pela qualidade dos documentos que chegaram até aos nossos dias. Lourenço Fernandes da Cunha era filho de Fernando Pais da Cunha e de D. Maior Rendufes²⁶. Em Junho de 1171 adquiriu a sua irmã, pela quantia de 40 morabitinos, um casal na freguesia de S. Miguel de Cunha (c. Braga)²⁷, onde estava a construir uma quintã com uma torre («... *meo casale de Coina, quod habeo ubi tu facis tuam quintanam et turrem...*»). Detentor de uma considerável fortuna, Lourenço Fernandes da Cunha haveria de ser alvo, anos mais tarde, da ira de D. Sancho I, que lhe mandou destruir, por intermédio de Vasco Mendes, numerosos bens incluindo a sua Torre de Cunha. Desses actos chegou até nós uma notícia redigida entre Abril e Setembro de 1210, conhecida vulgarmente como a *Mentio*

²⁵ Atente-se, p. ex., ao caso de Egas Moniz, O Aio, e às suas 21 Honras e Coutos dispersas por uma vasta área em torno do vale do Douro, a Norte e Sul.

²⁶ LL, 55 A 3-4; Mattoso, 1982A, pp. 215-217; Mattoso, 1985, I, p. 180/181; e, sobretudo, A. J. Costa, 1979, p. 278-307.

²⁷ Almeida Fernandes, 1981, p. 140, entende que os eventos se passaram no reinado de Sancho II, por iniciativa deste monarca, e que a Torre de Cunha se localizava em Cunha (conc. de Paredes de Coura). Avelino de Jesus da Costa demonstrou que os acontecimentos que levaram à destuição desta Torre senhorial se verificaram no reinado de D. Sancho I, e que a sua demolição foi feita por ordem deste rei. Cremos que é indiscutível que a localização de Torre de Cunha é em S. Miguel de Cunha (conc. de Braga), atendendo a que na «Notícia de Torto», referente aos mesmos acontecimentos, se apontam, entre outras povoações, Cunha e Bastuços. De resto, na freg. de S. Miguel de Cunha conserva-se ainda hoje o microtopónimo «Quintans», onde julgamos ter estado sediada esta residência fortificada. A ela pensamos dedicar brevemente a nossa atenção.

de *Malefactoria*²⁸. Graças a ela ficamos a saber que o monarca mandara incendiar a sua quintã e demolir a Torre que aí se erguia («... *in sua quintana de Cuina et cremaverunt eã totã qui pre igne nichil ibi remansit. Et dirribaverunt de ipsa turre quantã potuerunt...*»). A destruição foi de tal maneira realizada que em 1210 Lourenço Fernandes da Cunha reconhecia que lhe seria impossível reconstruir a Torre de Cunha, cujos custos foram então estimados em cerca de 1500 morabitanos («... *et etiã magis custaret eã facere quod mille et D morabitanos...*»). No mesmo documento apresenta-se uma preciosa relação dos bens móveis que lhe foram destruídos quando a mando do monarca lhe tinham derribado a Torre de Cunha: *25 archas e cupas, 2 culcitraes, 2 plumacios, 11 scannos e lectos, caldarias, mensas, scutellas, vasos multos, 40 scutos, capellos de ferro e multa alia arma*. Por último, para além da destruição da quintã e Torre de Cunha, foram-lhe ermados pela mesma ocasião 70 casais. A *Mentio de Malefactoria* revela-se um documento fundamental para o estudo da residência senhorial dos fins do século XII, fornecendo-nos não só o valor global da Torre de Cunha e seus bens — avaliados, como vimos, em 1500 morabitanos — mas também uma interessante listagem dos bens que compunham o seu mobiliário. Por outro lado, documenta-nos como Lourenço Fernandes da Cunha parecia deter na sua quintã armamento suficiente para a manutenção de um grupo de cerca de 40 homens, o suficiente para colocar em risco a paz da zona. A *Mentio* refere a destruição de 40 escudos, um número não especificado de capacetes de ferro e de «*multa alia arma*». Não admira que o monarca tivesse mandado investir contra a Torre de Cunha: ela era não só o símbolo do poder senhorial de Lourenço Fernandes, como sublinhou José Mattoso²⁹, mas também uma ameaça efectiva ao poder do monarca, dos senhores detentores de tenências e à paz na região. Por último, a *Mentio* fornece-nos alguns elementos interessantes sobre o tipo de construção: ao contrário da quintã de Cunha, cujos edifícios e estruturas de apoio à agricultura eram erguidos em madeira — e por isso o documento refere que eles foram queimados —, a Torre senhorial que Lourenço Fernandes da Cunha mandara erguer era uma estrutura de pedra, certamente com planta quadrangular, que não pôde ser queimada mas que careceu, para que a destruição fosse mais eficaz, de ser derrubada, como refere o documento de 1210.

A Torre de Cunha, erguida cerca de 1171 pode ser apontada como um dos primeiros testemunhos minhotos de uma residência que ostenta

²⁸ A. J. Costa, 1979, p. 289 e ss.

²⁹ J. Mattoso, 1982A, p. 150.

os vários componentes da *domus fortis*. Erguida por um membro de uma linhagem em plena ascensão, construída em pedra, ela deve ter sido o símbolo do seu crescente poder, a tal ponto que o próprio monarca ordenaria a sua destruição³⁰.

No entanto, apesar de algumas manifestações mais ou menos esporádicas, o surto de construção de Torres senhoriais só haveria de eclodir nos meados da centúria seguinte. Se os casos mais precoces, como o de Lourenço Fernandes da Cunha, acompanham os primeiros sintomas do fenómeno que se conseguem detectar na Europa de além-Pirinéus, também o seu crescente número ao longo do século XIII, reflexo da expansão senhorial que se regista nessa centúria, não se afasta da cronologia que caracteriza o fenómeno na Europa.

Implantadas sistematicamente em zonas de vale, onde a componente agrícola predomina, mas escolhendo, nessas terras baixas e férteis, pequenas elevações para nelas se apoiarem, as Torres senhoriais do século XIII reflectem uma dupla opção: por um lado uma implantação rural, normalmente arredada dos grandes centros urbanos e na orla de pequenos núcleos de povoamento rural, conscientemente pautada pelas Honras e pela necessidade crescente de o Senhor se aproximar dos seus domínios, mas, por outro lado, uma escolha criteriosa que, apesar de tudo, não ignora a necessidade de se preservarem as condições mínimas de defesa. Nos castelos, a sobreposição da componente militar em relação à civil levava a que estes se implantassem em zonas de altitude, com bons campos de visão e condições privilegiadas de defesa, por vezes de difícil acesso e arredados dos núcleos populacionais. Agora, nas Torres senhoriais a componente civil sobrepôs-se à militar e a opção recaiu sobre zonas de vale, no coração das manchas de solo mais produtivo e junto das populações. Para além de se garantirem novas condições de habitabilidade, o principal interesse que agora se joga é o de garantir um controle mais eficaz dos direitos senhoriais, a necessidade de se sublinhar a legitimidade da posse do espaço honrado. Por isso, como escreveu José Mattoso,

«É possível que se possa distinguir uma fase mais antiga em que os senhores vivem sobretudo em castros, outra, posterior, em que eles apenas aí deixam guarnições militares e vão viver para os paços e quintãs, ou centros dominiais. A primeira metade do século XIII deve ser a época de transição. Durante a segunda metade deste século os castelos isolados devem ter sido completamente abandonados. O domínio da terra

³⁰ J. Mattoso, 1982A, p. 150/151; 1985, I, p. 180/181.

faz-se então a partir dos centros urbanos, não das fortalezas roqueiras»³¹.

Não cremos que todos os castelos tenham sido totalmente abandonados pelos detentores de tenências. As fortalezas mais arredadas e de importância secundária no contexto da nova organização militar posta em prática na centúria de duzentos devem ter sido, efectivamente, abandonadas ou reduzidas à condição de simples atalaias. Muitos dos castelos roqueiros referidos nos documentos dos séculos XI e XII deixam de ser mencionados nos diplomas do século XIII, reflectindo como essas estruturas resultantes de um primeiro incastelamento do Entre-Douro-e-Minho se encontravam, agora, desfasadas das novas necessidades de defesa e da orgânica militar. Mas, pelo contrário, as fortalezas que na transição do século XI para XII haviam ascendido a cabeça de Terra irão manter toda a sua vitalidade. Castelos como os de Faria, Neiva, Guimarães, Lanhoso ou Aguiar da Pena devem ter continuado a albergar os seus nobres sempre que estes aí se deslocavam. A mutação vai-se sentir apenas no facto de a residência senhorial se reduzir, agora mais do que nunca, a um carácter temporário³².

Em contrapartida, o século XIII ficaria marcado pelo aparecimento de uma importante rede de residências senhoriais fortificadas, implantadas em vales agrícolas, no seio das Honras. Os condicionalismos que parecem reger este tipo de implantação das residências minhotas encontram paralelo em várias zonas da Europa. Michel de Waha refere, para a região do Hainaut, que a larga maioria das residências senhoriais, munidas de torre e de fosso, se encontram arredadas dos núcleos de povoamento rural, num isolamento intencional, formando «une couronne ou une nébeuleuse qui encercle les noyaux villageois, ponctue la limite des terroirs et marque les étapes les plus avancées et les plus individualistes du mouvement de mise en exploitation du sol»³³, sublinhando, por outro lado, que para além desse isolamento se verifica uma quase constante associação das Torres e dos locais munidos de fosso com os vales com boas potencialidades agrícolas, onde elas se implantam em áreas de cotas baixas e nas proximidades de pequenos cursos de água³⁴. Por seu turno, Gérard Giuliano revela que na Lorraine 62% das casas fortificadas optaram por vales agrícolas e pela proximidade de cursos de água, que 72% se implantam em locais com cotas inferiores a 250 m e que 95% escolheram terrenos férteis, de aluvião³⁵. Estes vectores são semelhantes aos que iremos detectar, na mesma época, no Entre-Douro-e-Minho.

³¹ J. Mattoso, 1985, I, p. 94.

³² M. J. Barroca e A. J. C. Morais, 1986, p. 60.

³³ Michel de Waha, 1986, p. 102/103, cit. extraída da p. 103.

³⁴ Michel de Waha, 1986, p. 104.

³⁵ Gérard Giuliano, 1986, p. 164.

Os novos solares minhotos, para além de apresentarem uma construção pétreia, em granito, sublinhando a sua nobilidade, devem ter sido concebidos tendo em atenção novas condições de habitabilidade e, em alguns casos tardios, sobretudo do século XV, com a ajuda de arquitectos. A magestosidade e o requinte da construção eram espelho da nobilidade dos seus donos. Como escreveu A. de Almeida Fernandes,

«A habitação como principal preservador físico da pessoa, foi sempre a transposição material da dupla entidade pessoal (moral e física): uma representação em que se insuflava o espírito dessa entidade. A honrabilidade da casa era a do seu dono; a deste, a daquela. E, nas famílias nobres (...), esta fusão espiritual pessoa-casa foi sempre o carácter como que materializado dos seus brios e privilégios. A honra da pessoa era a da casa; a desonra desta, a da pessoa — tal como os recíprocos»³⁶.

Já vimos como a escolha da Torre como elemento principal da residência, para além de obedecer a preocupações de segurança, era uma forma de afirmar o prestígio e o poder dos seus possuidores. Por isso, e porque ela representaria uma ameaça efectiva, Lourenço Fernandes da Cunha viu a sua Torre ser demolida por ordem de D. Sancho I³⁷. Os mesmos motivos levariam, anos mais tarde, em 1301, D. Dinis a ordenar a demolição de uma torre que Gonçalo Cabelos erguera, uma das clausulas impostas pelo monarca aquando da concordata que pacificou facções de nobres em litígio³⁸. O mesmo monarca, que tanto esforço empenhou no combate à proliferação das terras honradas, lançando várias Inquirições e procurando distinguir as Honras Velhas — consideradas legítimas — das Honras Novas — tidas como abusivas —³⁹, haveria também de proibir, em 1314, sob pena de morte, a construção de torres fortificadas⁴⁰. A partir de então, todo o nobre que pretendesse erguer uma torre fortificada no seio das suas propriedades teria de pedir autorização

³⁶ A. Almeida Fernandes, 1981, p. 120/121.

³⁷ Cf. bib. citada supra.

³⁸ António Caetano do Amaral, 1945, p. 132, nota A.

³⁹ Marcelo Caetano, 1985, p. 325-327, entre muitos outros.

⁴⁰ Fr. Francisco Brandão, 1980, Livro XIX, cap. 27, p. 415/416; António Caetano do Amaral, 1945, p. 132, nota B; A. Almeida Fernandes, 1981, p. 139, nota 2; Carlos de Azevedo, 1969, p. 22; Luís Figueiredo da Guerra, 1925, p. 7; José Machado, 1906B, p. 213.

ao monarca⁴¹. Esta disposição legal, para além de reflectir como a existência não controlada desse tipo de estruturas se reveleva como potencialmente perturbadora da ordem e poderes estabelecidos, demonstramos também como a Torre quadrangular em pedra, cuja tipologia se foi buscar às torres de menagem dos castelos, era a opção escolhida pelos nobres quando pretendiam edificar residência fortificada. Uma opção que, como André Debord demonstrou, não é exclusiva do Entre-Douro-e-Minho mas se detecta em quase toda a Europa. Efectivamente este autor teve oportunidade de sublinhar, num estudo recente, como desde os inícios do século XIII a Torre se afirmara como o símbolo máximo na definição da *domus fortis* em França, logo seguida da presença de soluções adaptadas para o tiro, como os merlões e os matacães⁴². Curiosamente, os fossos e as motas, embora possam existir, nunca são referidos pela documentação da época como símbolos definidores das residências fortificadas⁴³.

As torres eram, efectivamente, o centro polarizador das novas residências senhoriais e o elemento que melhor as caracterizava. Apresentavam planta quadrangular, geralmente com dois ou três andares em madeira, e eram portadoras de elementos primários de defesa. Por vezes eram rodeadas de fosso — uma solução que no Entre-Douro-e-Minho parece ter sido sempre excepcional — e na maior parte dos casos tinham o acesso facultado pelo 1.º andar, sendo o térreo maciço ou

⁴¹ Na autorização que D. Dinis concedeu a Mem Rodrigues de Vasconcelos, em 1322, para construir a Torre de Penegate, o monarca refere expressamente essa interdição e a necessidade de haver prévia autorização régia: «...porque eu ei deffeso que nem huom homeem nom possa fazer casa forte no seu senhoryo sem meu mandado...» (Chanc. D. Dinis, Livro 3.º, fl. 146v). O caso de Mem Rodrigues é um primeiro exemplo dessa imposição régia. O mesmo monarca haveria de conferir a João Cordeiro, de Lagos, poder para colocar ameias na torre que este erguera no lugar de *Buduez* (Budães), junto do Cabo de S. Vicente (Chanc. de D. Dinis, Livro 3.º, fl. 156/156v, de 22/Dez/1323), uma boa demonstração em como os merlões se afirmavam como elemento definidor do cariz fortificado de uma residência. Agradecemos ao nosso colega, Dr. José Augusto Pizarro, esta informação.

Segundo António Caetano do Amaral, D. Afonso IV concedeu a Estevão Esteves, seu Porteiro Mor, autorização para colocar armas na sua quinta em Almansor «e fazer aí umas casas fortes, em que se recolha elle e a sua gente» (António Caetano do Amaral, 1945, p. 131, nota B). Luís Figueiredo da Guerra diz-nos que D. Afonso IV em 1343 mandou demolir muitas torres abusivamente erguidas e que D. Fernando deu licença a Vasco Gomes de Abreu para reedificar a Torre e os Paços que este tinha na Terra de Riba de Mouro, em S. Pedro de Merufe (Monção) (L. Figueiredo da Guerra, 1925, p. 7).

⁴² André Debord, 1986, p. 308/309.

⁴³ André Debord, 1986, p. 309/310.

sem aberturas. O acesso era, nestes casos, móvel, podendo ser recolhido em caso de ameaça. Apresentavam um número reduzido de aberturas, frestas mais ou menos estreitas, e, muitas vezes, ostentavam na fachada principal uma janela «nobre». Esta, rasgada no andar superior, exteriorizava maiores requintes decorativos e, não raro, possuía dois pequenos bancos afrontados embutidos no vão dos seus muros. Algumas torres apresentavam, já na sua primeira fase, matacões para tiro vertical, centrados com a entrada principal, uma herança directa das torres de menagem dos castelos, encontrando-se, desta forma, munidas não só de elementos para defesa passiva mas, igualmente, para defesa activa. A maioria era coroada por merlões e possuía um pequeno caminho de ronda. A presença de merlões assumiu-se desde muito cedo como um elemento definidor da nobilidade da casa fortificada e não deixa de ser sintomático que uma das medidas que Afonso IV promulgou aquando das Inquirições sobre a jurisdição da Igreja (Bispo e Cabido) na cidade do Porto diga respeito precisamente à edificação de residências munidas de merlões dentro do perímetro urbano da cidade. Consagrava o monarca, em 1339, que

«Item, todos aquellos que fezerem casas na dita cidade, que seiam de pedra, nom porram em ellas ameas sem lecença do senhorio da jgreia. E sse poserem sem lecença as ditas ameas pagará aquel que assy poser huum marco de prata ao dito senhorio»⁴⁴.

Esta medida, que vem na esteira da interdição de nobres edificarem casas dentro do perímetro amuralhado da cidade do Porto, sublinha bem como na altura a construção em pedra no meio urbano ainda era relativamente excepcional e como a presença de merlões coroando as casas se assumia como um dos elementos mais fortes na sua definição enquanto residência fortificada. De resto, quando com a evolução dos tempos o cariz militar destas construções foi posto de parte, verificamos que a presença de merlões se conserva. No século XVI, com as reformas que atingiram algumas torres já existentes ou nas construções que então se erguem, vamos verificar a presença constante de merlões manuelinos, já mais decorativos do que funcionais, mas que, apesar de tudo, se mantêm como símbolo de nobilidade, tão forte quanto o era a presença de uma torre quadrangular. O valor simbólico destes dois elementos — torre e merlões — levou a que em vários casos portugueses nem mesmo as profundas remodelações do período barroco tenham conduzido à sua abolição.

⁴⁴ *Corpus Codicum*, vol. I, 1899, p. 40.

Numa fase um pouco mais avançada, a partir dos fins do século XIV e sobretudo ao longo da centúria seguinte, algumas torres ostentam pequenos torreões salientes nos ângulos do seu piso superior, munidos também de matacões para tiro vertical, reforçando a penetração dos conceitos de defesa activa na residência senhorial e testemunhando a adopção de uma outra solução que se foi buscar às torres de menagem dos castelos góticos. Pela mesma altura assiste-se a uma tendência para o alargamento das aberturas, abandonando-se as estreitas seteiras dos inícios do século XIII para se adoptarem janelas mais largas, muitas vezes de dois volantes e batente central, que estavam aptas a fornecer melhor iluminação e a facultar uma ventilação mais eficaz, denunciando uma tendência para se favorecerem as condições de habitabilidade desses espaços. De qualquer forma, a torre quadrangular destes velhos solares, pelas suas reduzidas dimensões, manteve-se sempre como um espaço não-divisível, levando a que cada piso soalhado correspondesse a uma única divisão.

Algumas residências senhoriais mais modestas podiam-se resumir à própria torre, mas a larga maioria delas deveria possuir anexos. Estes só raramente sobreviveram até aos nossos dias já que, em muitos casos, os velhos solares foram sofrendo reformas profundas no período manuelino (séc. XVI) e mais tarde nos séculos XVII e sobretudo XVIII. Os antigos espaços dificilmente se podiam adaptar às novas exigências de conforto que se foram impondo ao longo dos tempos. E é bem sintomática, como referimos, que de toda a velha construção apenas se costumasse preservar a torre, o símbolo dos poderes de quem a possuía. Desses anexos que desde cedo se desenvolveram junto das torres senhoriais poucos vestígios chegaram até aos nossos dias. Eles tanto podiam erguer-se autónomos da torre quadrangular como surgir adossados a uma das suas paredes. Se no primeiro caso as reformas posteriores podem ter destruído todos os vestígios da sua existência, já para a segunda situação podemos ter esperança de nalguns casos encontrar traços. O Paço de Giela (Arcos de Valdevez) é um exemplo bastante elucidativo. Erguido no século XIV e, segundo Carlos de Azevedo, talvez reconstruído em 1399 quando D. João I o doou a Fernão Anes de Lima⁴⁵, ele apresentava na sua primeira fase uma torre quadrangular com acesso pelo 1.º andar⁴⁶ e, adossada a esta, possuía anexos de que sobrevivem, vincados numa das suas paredes, os

⁴⁵ Carlos de Azevedo, 1969, p. 144; Luís Figueiredo da Guerra, 1925, p. 49/50; José Machado, 1906A, p. 134.

⁴⁶ Duas fiadas de pedra abaixo da porta de entrada da Torre de Giela encontram-se quatro cachorros onde se apoiava a estrutura de madeira que garantia o acesso ao interior.

negativos do encosto de duas linhas de telhado, ambos em duas águas⁴⁷. Posteriormente, talvez quando ainda se encontrava na posse de Leonel de Lima, sofreria profundas remodelações sendo então, destruído o anexo inicial e acrescentado um corpo de construções mais espaçosas que, sem assegurarem qualquer comunicação com a torre, davam resposta aos novos requisitos de conforto. A velha torre foi preservada como símbolo de prestígio mas as novas dependências destinadas à habitação já pouco obedecem aos condicionalismos de defesa: as estreitas seteiras do torreão contrastam com as amplas janelas manuelinas, os velhos merlões ponteados com os decorativos merlões manuelinos e a entrada deixou de ser feita pelo 1.º andar, como o era na torre, para o ser agora directamente pelo andar térreo.

Face à exiguidade de espaço da torre quadrangular, a presença de anexos residenciais afigurava-se quase imprescindível. Nesses anexos, normalmente com planta rectangular e com dois pisos, instalavam-se a *aula*, sala nobre, e a *câmara*, zona privada da residência. No caso das habitações de maior prestígio podia haver ainda uma capela privada, implantada nas imediações do paço. Diz-nos Michel de Boüard que

«Uma residência senhorial de alto nível compreendia três elementos fundamentais: *aula* (ou, mais raramente, *sala*), a habitação privada (*camara*) e a *capela*».

acrescentado:

«Exceptuando a capela, restam em França muito poucos exemplos de estas instalações para o período anterior ao século XIV»⁴⁸.

A principal causa desta situação, que é comum a toda a Europa, radica na diversificação e especialização dos espaços de habitação que se verificou a partir dos séculos XV e XVI e que levou a que a maioria das residências medievais se vissem irremediavelmente adulteradas⁴⁹. Em Portugal esse fenómeno torna-se particularmente sensível na centúria de Quinhentos, mas, apesar de tudo, temos a felicidade de poder contar com

⁴⁷ Pormenor já anotado por Carlos de Azevedo (1969, p. 28), muito embora o autor não tenha valorizado devidamente esse testemunho, considerando-o de construção posterior às obras manuelinas.

⁴⁸ Michel de Bouard, 1977, p. 83/84.

⁴⁹ Bernard Fournioux cita dois inventários, um de 1416 e outro de 1579, referentes ao espaço interior de residências senhoriais do Périgord, onde se pode detectar a mudança de concepção destes em função dos novos conceitos de conforto e habitabilidade. A residência a que se refere o inventário de 1416 «...comprenait une salle, lieu de sociabilité du lignage (désigné *aula*), deux chambres qualifiées respectivement de petite et basse (*camera*) et une cuisine (*coquina*)», enquanto que a de 1579 se revelava bastante mais complexa: «La structure interne comprenait deux fois plus de

alguns monumentos que preservam, ocultos por reformas posteriores ou em estado de ruína, esses antigos anexos que, juntamente com a torre quadrangular, constituíam verdadeiramente a residência senhorial mediéfica. O Solar dos Pinheiros, em Barcelos, é um dos exemplos que se pode apontar para uma residência senhorial do século XIV que, apesar de ter sofrido reformas importantes no período manuelino, preserva nos seus muros o testemunho da sua primitiva estrutura, facto que tem passado despercebido aos olhos dos autores portugueses. Na sua primeira fase ele era integrado apenas pela torre Norte e por um anexo rectangular que ocupa, hoje, o andar térreo do corpo residencial que mais tarde se ergueu entre as duas torres. A segunda torre, voltada a Sul, bem como o piso que se acrescentou ao corpo rectangular são claramente posteriores e uma análise minimamente atenta das características do aparelho de construção deste solar ajuda a delimitar bem essas reformas. Na mesma ocasião em que se procedeu às ampliações desta residência reformularam-se, igualmente, as aberturas da torre Norte, certamente por elas serem demasiado exíguas para os novos conceitos de habitabilidade, e dessas reformas ficaram testemunhos no muro da torre. A porta original do anexo residencial preserva-se hoje entaipada e, ao seu lado, rasgou-se uma janela manuelina, coeva de uma outra que se observa no extremo oposto do andar superior. Para além da junta viva que delimita o encosto da parede que ampliou o anexo com a torre Norte, já existente, verifica-se ainda que as molduras que se incluíram numa e noutra torre são de diferente natureza, correspondendo a momentos distintos. O Solar dos Pinheiros é, portanto, um exemplo de residência senhorial do século XIV que integrava uma torre de planta quadrangular e um anexo residencial rectangular adossado a ela⁵⁰. Infelizmente, as alterações posteriores

subdivisions et développait un confort accru sans commune mesure avec celui de l'hospitium précité...» (B. Fournioux, 1988, p. 260). Cremos que em Portugal a fase de chameira entre uma e outra concepção do espaço de habitação se pode colocar na passagem do século XV para a centúria seguinte, correspondendo, grosso modo, ao manuelino.

⁵⁰ Carlos de Azevedo (1969, p. 30) e Manuel Pedro Rio de Carvalho (1987, p. 8) consideraram que o Solar dos Pinheiros podia ser apontado como prototipo da residência senhorial mediéfica integrada por duas torres laterais e um corpo intermédio a unir, não tendo notado que na sua origem, o Solar dos Pinheiros foi apenas composto por uma torre — a Norte — e um anexo baixo, de planta rectangular. A inscrição de Pedro Esteves, datada de 1448, incluída na Torre Sul data-nos as obras de remodelação deste espaço e não a sua construção, que cremos remontar ao século XIV. Por isso não podemos considerar que o Solar dos Pinheiros «...é sobretudo notável por inaugurar um novo tipo de casa cuja fachada é caracterizada pelas duas torres» (1969, p. 158), pelo menos para a sua primeira fase.

vieram empobrecer a análise dos seus espaços. O mesmo não se passa com duas residências senhoriais do século XIII que, porque foram abandonadas entretanto, lograram passar incólumes às alterações dos inícios da época moderna: o «Castelo de Paranhos» e a Torre de Vasconcelos. O «Castelo de Paranhos» é uma estrutura mediévia que se implanta na freg. de Terroso (conc. de Póvoa de Varzim), que Eugénio Andrea da Cunha e Freitas teve oportunidade de valorizar⁵¹. Foi a residência dos Redondos e, de acordo com a documentação divulgada por aquele investigador, foi erguida no tempo de Afonso III por iniciativa de João Anes Redondo⁵². Possuía um espaço rectangular com cerca de 8m x 14m, correspondendo ao anexo residencial, e implantava-se no cimo de uma pequena colina no seio de um vale agrícola. Desconhecemos se possuía originalmente alguma torre, o que no seu actual estado de ruína se torna difícil de esclarecer sem se proceder a uma intervenção arqueológica. É provável que tenha sido abandonado antes do século XVI, razão pela qual conseguiu chegar até aos nossos dias sem ter sofrido reformas modernas. A Torre de Vasconcelos, que trataremos monograficamente mais adiante, é um exemplo particularmente importante para o estudo da casa nobre fortificada. Erguida no século XIII, ela era composta por uma torre à qual se adossou pouco depois um anexo residencial com um espaço útil de 7m x 14,2m. Nas suas imediações erguia-se uma capela privada, que sobrevive hoje em dia com algumas reformas modernas, que era detida pelos membros da família dos Vasconcelos. Apesar de se encontrar parcialmente em ruínas, a Torre de Vasconcelos, quer pelo seu estado de conservação quer pelos diversos elementos arquitectónicos que a integravam, pode ser justamente considerada como um dos melhores documentos para o estudo da residência senhorial mediévia, razão pela qual temos programada uma intervenção arqueológica para 1988.

Muito embora os elementos disponíveis sejam ainda demasiado escassos, cremos que se poderá desde já avançar com algumas considerações quanto à proposta tipológica que Carlos de Azevedo formulou em 1969 para as residências senhoriais ao longo dos tempos medievais, proposta que foi recentemente retomada, sem grandes alterações, por Manuel Pedro Rio de Carvalho⁵³. Consideraram aqueles autores que se poderiam distinguir três tipos de residências senhoriais ao longo dos tempos medievais: um primeiro constituído por uma torre e anexo residencial

⁵¹ Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, 1949, p. 51-53.

⁵² Idem, 1949, p. 52. Sobre João Anes Redondo cf. L. L., 34 I 2 e 34 J 3.

Pensamos vir a realizar, em breve, uma intervenção arqueológica nesta estação.

⁵³ Carlos de Azevedo, 1969, p. 26 e ss.; Manuel Pedro Rio de Carvalho, 1987.

adossado, outro onde surgiam duas torres interligadas por um corpo rectangular e, por último, o modelo de residência onde a torre ocupa o lugar central e os anexos se desenvolvem lateralmente. Sublinhavam, igualmente, o carácter tardio da residência senhorial, apontando para este fenómeno uma cronologia que não andaria antes do século XIV ou XV. A proposta tipológica definida por Carlos de Azevedo enferma, a nosso ver, de vários problemas. Antes do mais, não cremos que, como entendeu aquele autor, o Paço de Guela, com a sua estrutura manuelina parcialmente adossada à torre medieval, ou o Paço de Gomariz, com o seu anexo moderno, possam ser exemplos felizes para o primeiro tipo de residências. Em ambos os casos estão-se a tomar como um *unicum* elementos arquitectónicos que pertencem a épocas distintas, não se respeitando a diacronia. Outros casos, que atrás referimos, preenchem de forma bastante mais elucidativa esse papel, até porque correspondem a soluções coevas. Por outro lado, não nos parece que a associação torre-residência só encontre «realização cabal no fim do período medieval»⁵⁴. Quanto ao segundo tipo, onde se verifica a associação de duas torres ligadas por um corpo rectangular, e de que o Solar dos Pinheiros é apresentado como exemplo, não encontramos dados seguros que nos garantam a sua utilização em tempos medievais. O Solar dos Pinheiros, como vimos, teve inicialmente uma estrutura de torre quadrangular com anexo rectangular, sendo só mais tarde adaptado para a solução que hoje se pode observar. O mesmo se diga a propósito do terceiro tipo, onde a torre ocupa um lugar central, de que não encontramos dados seguros da sua existência em tempos mediévi­cos. A solução foi aplicada em várias construções de época moderna que preservaram o velho torreão medieval como símbolo do prestígio e de nobilidade, de que, para nós, o exemplo mais fascinante continua a ser o de Bertandos.

Cremos ser por demais evidente que o advento da residência senhorial fortificada é um fenómeno anterior ao século XIV e XV, de que sobrevivem alguns — poucos — exemplos do século XIII e de que conhecemos referências documentais a outros. Infelizmente a documentação medieval portuguesa não se revela particularmente elucidativa quanto aos primórdios das residências fortificadas, adoptando designações que, porque demasiado ambíguas, não facilitam o trabalho do investigador. As referências a torres (*Turrem*) são relativamente esporádicas e a classificação de *paaço*, mais comum, pode deixar algumas dúvidas quanto ao carácter fortificado ou nobilitado dessa estrutura residencial. O mesmo se diga, com redobradas razões, quando os documentos se nos

⁵⁴ Carlos de Azevedo, 1969, p. 26.

referem a propriedades de nobres, classificando-as simplesmente de quintãs. Nem todas as quintãs deviam possuir estruturas residenciais fortificadas, resumindo-se a simples explorações dominiais. Outras deviam possuí-las⁵⁵ mas nem sempre se assumiam com as soluções arquitectónicas de torre associada a um anexo rectangular, que temos vindo a referir para o Entre-Douro-e-Minho e que, nesta região, parece ter sido o tipo predominante durante a Idade Média. Um exemplo notável encontramos na quintã de Lumiães (S. Martinho das Chãs, Armamar), que pertencera a D. Abril Peres, e que Almeida Fernandes teve oportunidade de identificar e valorizar⁵⁶. Tratava-se, como bem testemunham os vestígios sobreviventes e o auto de partilhas de 1334, de uma estrutura bastante mais complexa e desconcentrada, integrando várias construções destinadas a fins distintos.

A torre de planta quadrangular, inspirada nas torres de menagem dos castelos, associada a um anexo rectangular parece ter sido a solução dominante no Entre-Douro-e-Minho para a casa senhorial fortificada ao longo da Idade Média, pelo menos a partir dos meados do século XIII. Trata-se não só da solução predominante mas também daquela que deixaria um estigma mais profundo na arquitectura portuguesa. As grandes residências senhoriais que surgem nos finais da Baixa Idade Média e que denunciam não só a difusão de novos conceitos de habitar e de viver o conforto como, também, a forte influência da arquitectura de além-Pirinéus, de que podemos apontar como exemplos os Paços dos Duques de Barcelos, os Paços dos Duques de Bragança (Guimarães) ou os dos Condes de Ourém, porque não se tratavam de modelos autóctones, resultantes das respostas aos condicionalismos regionais, nunca conseguiriam deixar um traço tão forte na paisagem e na arquitectura portuguesa.

⁵⁵ Dois exemplos retirados das Inquirições de 1290, relativos à região de Guimarães: em S. Martinho do Conde refere-se «huum paaço de Martim Dade» (V.M.H., p. 350) e em S.^{ta} Maria de Corvite «o logar que chamam o Paaço que foy quintaam de Dom Rodrigo Gomeez de Bliteiros» (V.M.H., p. 350). Estas referências, muito embora respeitem a construções de nobres em quintãs, em nada nos garantem o seu cariz fortificado. Mais explícitas são referências como as citadas por Almeida Fernandes (1981, p. 138/139: «in loco in quo fecit Laurencius Pelagii turrem», etc), onde a expressão *turreturem* permite-nos a identificação de residências fortificadas. A expressão «*casa forte*» que D. Dinis usa em 1322 aquando da autorização conferida a Mem Rodrigues de Vasconcelos (cf. notas 41 e 96), de todas a mais elucidativa, corrente na Europa de além-Pirineus (*domus fortis*, e outras variantes), parece ter sido excepcional e tardia em Portugal.

⁵⁶ Almeida Fernandes, 1981, p. 114/115.

II

Os quatro monumentos medievais que escolhemos para abordar neste trabalho implantam-se numa área geográfica restrita e estão todos, de uma forma directa ou indirecta, relacionados com uma família nobre que surge no século XIII e que se encontra na segunda metade dessa centúria num momento de franca ascensão social — os Vasconcelos. Estas residências senhoriais, três do concelho de Amares (Vasconcelos, Dornelas e Castro) e uma do vizinho concelho de Vila Verde (Penegate), são documentos preciosos que ajudam a traçar, cada uma a seu jeito e para épocas distintas, o trajecto da casa nobre fortificada de Entre-Douro-e-Minho (Fig. 1).

A família dos Vasconcelos surge, como referimos, nos alvores do século XIII, e pode ser considerada como um bom exemplo do processo de ascensão social que várias linhagens secundárias encetam nessa centúria⁵⁷. O primeiro a usar o nome desta linhagem foi João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro, filho de Pero Martins da Torre e de Teresa Soares da Silva⁵⁸. João Pires de Vasconcelos era, assim, e pelo lado materno, 4.º neto de D. Egas Pais de Penegate, que os Livros de Linhagens dizem ter fundado o mosteiro de Rendufe⁵⁹, trineto de Dórdia Viegas de Penegate e de D. Fafes Luz, senhor de Lanhoso e Alferes do Conde D. Henrique⁶⁰, bisneto de D. Egas Fafes de Lanhoso, senhor de Lanhoso e a quem as Inquirições de 1288 atribuíram a fundação da Honra

⁵⁷ Sobre a família dos Vasconcelos veja-se, entre outros, LL 53 C 3 e E 4; LL 36 E 9 e ss.; Pedro de Azevedo, 1904; Anselmo Braamcamp Freire, 1973, I, p. 335 e ss.; GEPB, vol. 34, p. 267/270; J. Mattoso, 1981B, p. 227 e ss.; José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 180/186 e 193 e ss.

Esta família irá pôr em prática ao longo do século XIII diferentes mecanismos conducentes à ampliação do seu património: servir o monarca, estabelecer alianças matrimoniais, utilizar o amálgamo e certos abusos de autoridade, etc. Neste sentido cremos que esta linhagem é um bom exemplo de uma família da Nobreza de segundo plano em busca de nova projecção e novo posicionamento na sociedade portuguesa de Duzentos. E em pouco tempo, no espaço de duas gerações, haveria de conseguir alcançar esses propósitos.

⁵⁸ Era irmã do Arcebispo de Braga D. Estêvão Soares da Silva, filhos de Soeiro Peres Escacha (ou Torta) e de Fruilhe Viegas (LL, 58 B 4).

⁵⁹ LL, 37 A 2 e 11, 39 A 1. Sobre a ligação dos Vasconcelos ao Mosteiro de Rendufe cf. José Mattoso, 1981B, p. 227 e ss.

⁶⁰ De Fafes Luz dizem os LL ter sido «mui bõ ricomem». Foi Alferes do Conde D. Henrique, e senhor de Lanhoso entre 1110 e 1115 (J. Mattoso, 1982A, p. 136; 1985, I, p. 151). Encontra-se documentado entre 1103 e 1117 e deve ter morrido entre 1117 e 1124.

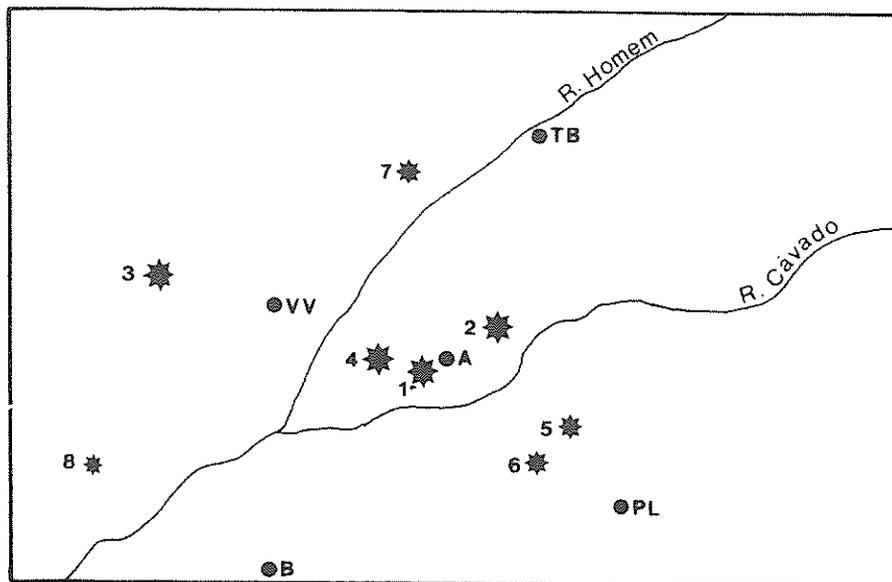


Fig. 1

A — Amares
 B — Braga
 TB — Terras de Bouro
 PL — Póvoa de Lanhoso
 VV — Vila Verde

Monumentos estudados:

1. Torre de Vasconcelos
2. Torre de Dornelas
3. Torre de Penegate
4. Torre de Castro

Outros monumentos referidos:

5. Honra de Berredo
6. Torre dos Machados
7. Torre de Oriz
8. Torre de Gomariz

de Vasconcelos⁶¹, e de D. Urraca Mendes de Sousa, a irmã de D. Gonçalo Mendes de Sousa, o Bom, neto de Froilhe (ou Sancha) Viegas e de Soeiro Peres Escacha (cf. Fig. 2). Pelo lado paterno, João Pires de Vasconcelos era trineto do Conde D. Osoiro de Cabreira e Ribeira, o que «veo a pobrar a Portugal»⁶², bisneto de Monio Osores de Cabreira e de Maria Nunes de Grijó e neto de D. Martim Moniz e de Teresa Afonso⁶³ (Fig. 3). João Pires de Vasconcelos recebera a alcunha pouco elogiosa de «o Tenreiro» depois de, no seguimento do assassinato de seu primo Gil Martins de Ribeira perpetrado por Aires Anes de Freitas, ter-se vingado com auxílio de Pedro Anes de Alvelos na pessoa de Aires Anes, e se ter esquivado a comparecer perante o monarca para responder ao desafio de Estevão Anes de Freitas⁶⁴. Os eventos, que José Mattoso coloca no ano de 1226, tinham decorrido no mosteiro de Fontarcada (Póvoa de Lanhoso)⁶⁵, e

⁶¹ É provável que tenha sido Senhor de Lanhoso, à semelhança de seu pai, Fafes Luz. Encontra-se documentado entre 1146 e 1160 (J. Mattoso, 1985, I, p. 151) e os LL declaram-no enterrado em Rendufe, de que seria patrono. As Inquirições de 1288 atribuem-lhe a instituição da Honra de Vasconcelos, como adiante veremos.

⁶² LL, 53 A 1.

⁶³ Martim Moniz foi Rico-Homem no tempo de D. Afonso Henriques, tendo comandado a ala direita de Ourique em 1139. Esteve presente na conquista de Lisboa em 1147 onde, segundo a lenda, teria sido menos bem sucedido. Os seus irmãos, Paio Moniz e Maria Moniz, estão na origem de duas famílias com fortes interesses na vizinha área de Lanhoso. Paio Moniz, que foi Senhor de Lanhoso e Alferes Mor entre 1199 e 1202 (J. Mattoso, 1985, I, p. 186), esteve na origem dos Ribeiras, que os LL dizem ter sido «Ricos-homens d'alto sangue», e onde se destacam seus filhos Martim Pais e Maria Pais Ribeira, a Ribeirinha. Detinham a Honra de Berredo (Póvoa de Lanhoso) de que hoje nada resta (o microtopónimo Berredo reduz-se hoje a uma curva da estrada, segundo nos informaram no local). Sua irmã, Maria Moniz, esteve na origem dos Machados, tendo merecido do Conde D. Pedro comentário pouco dignificante e um silêncio total quanto à sua descendência (LL, II, p. 67). O solar dos Machados também estava sediado no concelho de Póvoa de Lanhoso, na freg. de S. Martinho de Ferreiros.

⁶⁴ Gil Martins da Ribeira era filho de Martins Pais da Ribeira e sobrinho da «Ribeirinha», natural de Berredo. Era, portanto, 2.º primo de João Pires de Vasconcelos. Pedro Anes de Alvelo era primo direito de João Pires, filho de João Martins Salsa e de Urraca Viegas.

Estevão Anes de Freitas, que lançou o repto a João Pires de Vasconcelos, era irmão de Aires Anes de Freitas.

⁶⁵ Cremos, efectivamente, que o Mosteiro de Fontarcada em causa será o de Póvoa de Lanhoso, que fica nas «imediações» de Berredo e Vasconcelos, e não o do conc. de Penafiel, no Douro Litoral, conforme entendeu J. Mattoso (1984, p. 17). Se atendermos às implantações geográficas de cada uma das quatro famílias envolvidas nos eventos — Vasconcelos na região de Amares, Ribeira em Póvoa de Lanhoso, Alvelos no Entre-Homem-e-Cávado, e Freitas na região de Guimarães — vemos que elas parecem confirmar a nossa interpretação.

Os eventos talvez tenham estado na origem da presença de João Pires de Vasconcelos em Castela, em exílio, onde participou na conquista de Sevilha em 1248.

O
I
II
III
IV
V
VI

GENEALOGIA DOS DE VASCONCELOS
Ascendência Materna

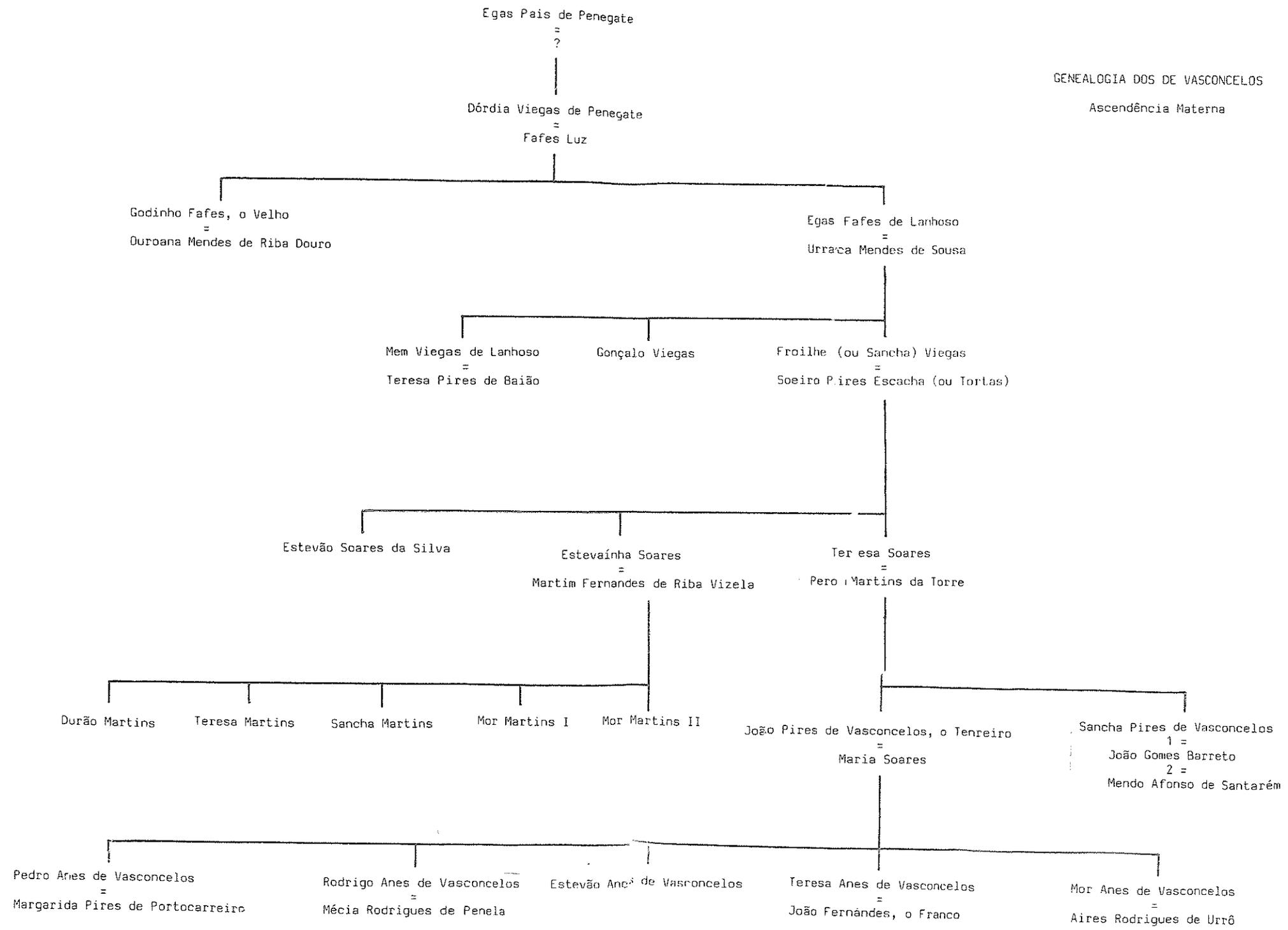


Fig. 2

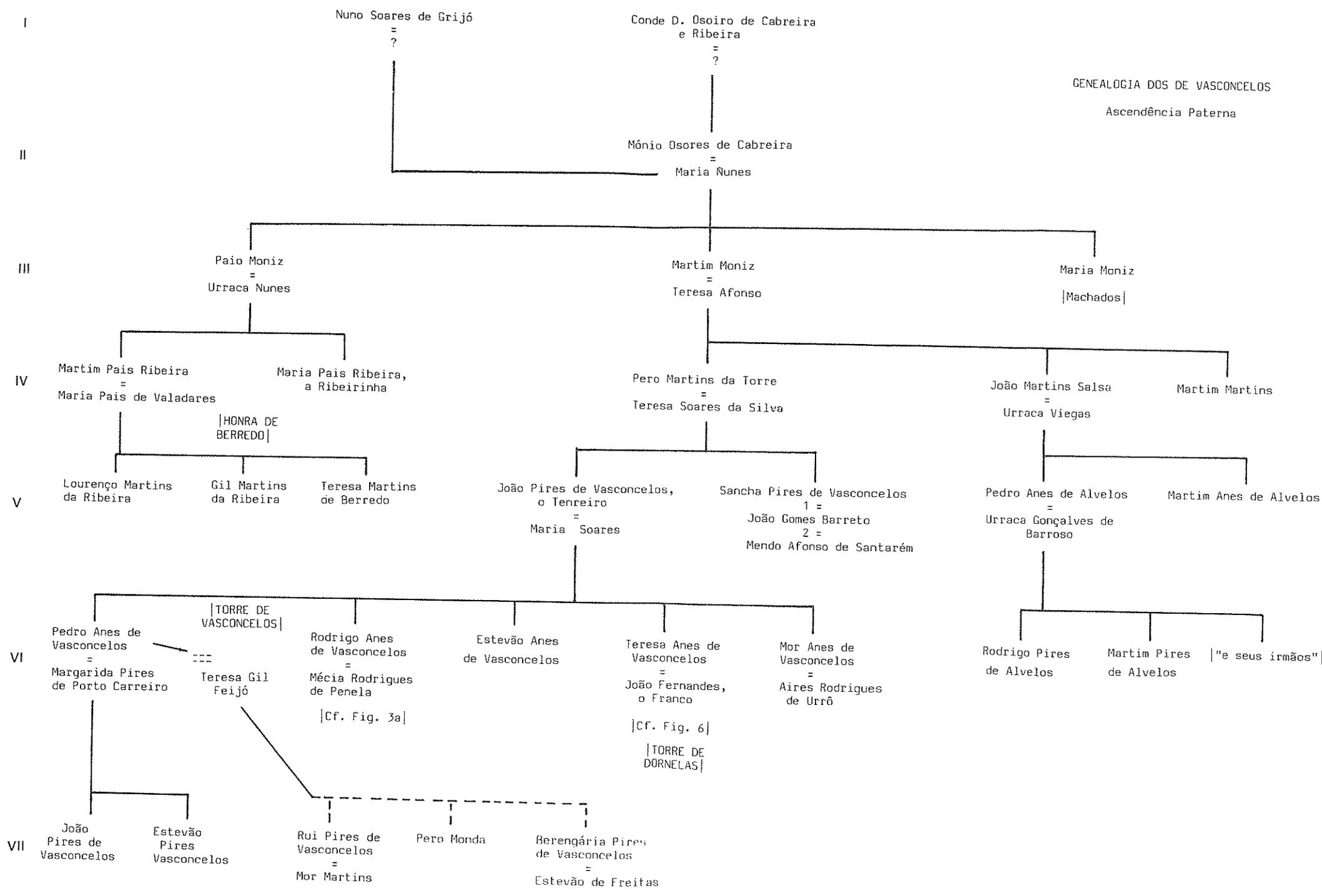


Fig. 3

V

Rui Vicente de Penela
=
Fruilhe de Belmir

GENEALOGIA DOS DE VASCONCELOS

Descendência de Rodrigo Anes
de Vasconcelos, o Trovador

VI

Rodrigo Anes de Vasconcelos,
o Trovador
=
Mécia Rodrigues de Penela

[Cf. Fig. 2 e 3]

VII

Mem Rodrigues
de Vasconcelos
1 =
Maria Martins
Zote

Fernão Rodrigues
de Vasconcelos
=
Milia Fernandes
de Cambra

João Rodrigues
de Vasconcelos
=
Constança Soares
de Barbudo

Nuno Rodrigues
de Vasconcelos
=
Estevão Rodrigues
de Vasconcelos

Constança Rodrigues
de Vasconcelos
=
Gomes Pais de
Azevedo

Maria Rodrigues
de Vasconcelos
=
Vasco Pais de
Azevedo

Guiomar Rodrigues
de Vasconcelos
=
Estevão Pais de
Azevedo

Leonor Rodrigues de
de Vasconcelos
=
Pero Rodrigues
de Cerveira

Teresa Rodrigues
de Vasconcelos
1 =
Paio Rodrigues de
Meira
2 =
Gonçalo Esteves
de Tavares

[TORRE DE
PENEGATE]

2 =
Constança Afonso
de Brito

VIII

Joane Mendes
de Vasconcelos
=
Aldara Afonso
Alcoforado
Constança Mendes
de Vasconcelos
=
James Pires
Guiomar Mendes
de Vasconcelos

Martim Mendes
de Vasconcelos
=
Aldonça Martins
Alvarenga
Gonçalo Mendes
de Vasconcelos
=
Maria Afonso
Rui Mendes
de Vasconcelos
Maria Mendes de
Vasconcelos (ou Sá)
=
Vasco Martins Zote
Mécia Mendes
de Vasconcelos
Inês Mendes
de Vasconcelos
Joana Mendes
de Vasconcelos
Beatriz Mendes
de Vasconcelos
Mor Mendes de
Vasconcelos
João Anes Coelho
o Moço

Gonçalo
Vasques de
Azevedo
=
Berengária
Vasques de
Cunha
Rui Vasques
de Azevedo
Mécia
Vasques
Azevedo
Teresa
Vasques
Azevedo

IX

Diogo Gonçalves
[de Azevedo, Senhor]
de Castro
=
Aldonça Anes
Coelho
[TORRE DE
CASTRO]

X

Lopo Dias de Azevedo

Fig. 3A

toda a narrativa foi registada pelo Conde D. Pedro⁶⁶. Alguns autores entenderam que o pai de João Pires de Vasconcelos, Pero Martins, se intitulava «da Torre» por ser senhor da Torre de Vasconcelos⁶⁷. No entanto, e conforme se defende na GEPB⁶⁸, cremos que Pero Martins seria «da Torre» por ser natural da freguesia com esse nome, no Norte do concelho de Amares. Realmente, não se compreende que Pero Martins se chamasse «da Torre» (de Vasconcelos) se esta ainda não se encontrava erguida nem, tão pouco, a «Honra» de Vasconcelos estava instituída e concentrada nas mãos daquela família. A criação da Honra de Vasconcelos pode ser balizada entre os anos de 1220 e 1258 já que ela é ignorada pelas Inquirições de Afonso II e surge referida nas de Afonso III, naquela que é a sua primeira referência documental⁶⁹. Por essa altura não cremos que aí existisse qualquer residência fortificada. A posse do terreno honrado encontrava-se ainda dispersa por vários parentes e o processo de concentração dessas várias parcelas nas mãos da família dos Vasconcelos apenas se concretizaria em 1265⁷⁰. Curiosamente, a posse desta Honra parece ter chegado aos Vasconcelos não pelo lado paterno (de Pero Martins da Torre ou de seus ascendentes) mas antes pelo lado materno. Efectivamente, e de acordo com os documentos que Pedro de Azevedo publicou no seu estudo consagrado a esta família, quando em 1265 os filhos de João Pires de Vasconcelos, Pedro Anes de Vasconcelos e Rodrigo Anes, encetam o progresso de aquisição das parcelas que depois dariam origem ao solar de família, eles recebem uma procuração de sua tia Sancha Pires de Vasconcelos, que os autorizou a procederem a uma troca de bens seus com as terras que sua prima D. Mor Martins II, Abadessa de Arouca, detinha no lugar de Vasconcelos. Por esses dois preciosos documentos ficamos a saber que os bens de Vasconcelos tinham estado na posse dos ascendentes maternos da família de João Pires e de Sancha Pires, pelo menos desde os seus avós, D. Fruilhe Viegas e D. Soeiro Peres Escacha, e que desta forma se haviam dispersado pelos descendentes de D. Estevafinha Soares e D. Teresa Soares da Silva. Compreende-se facilmente a razão porque apenas estas duas filhas de Soeiro Peres

⁶⁶ Cf. LL, 36 E 9 e J. Mattoso, 1983, p. 95/96.

⁶⁷ José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 180; Anselmo Braamcamp Freire, 1973, I, p. 337; Domingos M. da Silva, 1958, I, p. 51.

⁶⁸ GEPB, *Vasconcelos*, vol. 34, p. 267.

⁶⁹ Cf. Pedro de Azevedo, 1904, p. 365; GEPB, *Vasconcelos*, vol. 34, p. 267; Anselmo Braamcamp Freire, 1973, I, p. 337.

⁷⁰ Cf. Pedro de Azevedo, 1904, p. 366/367; GEPB, *Vasconcelos*, vol. 34, p. 268; José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 180/181; Anselmo Braamcamp Freire, 1973, I, p. 337/338.

Escacha e de Fruilhe Viegas tiveram acesso a essa herança se tivermos em linha de conta que o primogénito destes era o Bispo de Lisboa, D. Estêvão Soares da Silva.

Deste modo, com a troca de 1265, a Honra de Vasconcelos ficaria na posse da família homónima que conseguia, agora, reunir a herança das duas irmãs, Estevaínha e Teresa Soares da Silva. O processo de 1265 não disse respeito à aquisição da Honra de Vasconcelos pois que os bens cedidos por D. Mor Martins foram trocados por um casal e meio, mas apenas à aquisição de uma parte dos bens que se encontravam na posse da Abadessa de Arouca.

A Honra de Vasconcelos é um belo exemplo do movimento de expansão senhorial que marcou o século XIII. Referida pela primeira vez nas Inquirições de 1258, nelas se revela que aí tinham sido criados Teresa Anes de Vasconcelos e Rodrigo Anes de Vasconcelos, o Tróvador⁷¹. Uma parte dela era, portanto, já património de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro, que fora buscar o seu nome de linhagem ao topónimo dos seus bens fundiários. Trata-se de um processo típico da pequena nobreza que, porque detinha bens muito concentrados, encontrava neles uma identificação muito mais forte do que as velhas linhagens detentoras de vastos interesses e numerosas Honras dispersos por grandes unidades territoriais. Este fenómeno, que é sobretudo típico da segunda metade do século XII e da centúria seguinte, detecta-te igualmente noutras zonas da Europa, tendo, por exemplo, Bernard Fournioux registado-o no Perigord:

«En règle générale on observe que le déterminatif patronymique de ces chevaliers découle d'un repaire éponyme (dans 90% des cas environ) et que les noms de terroirs ont dans la majorité des cas perpétué le patronyme de ces lignages»⁷².

As Inquirições de D. Dinis de 1288 revelam-nos que, nesse ano, a família de Vasconcelos detinha, para além da honra, a vila de Amares, que entrara na sua posse por troca de bens com a Ordem do Hospital⁷³. A Honra de Vasconcelos incluía então os lugares de *Vasçoncellos* (Vasconcelos), *Ryo bõo* (Rio Bom) e *Barnarya* (Bornaria), todos hoje

⁷¹ As Inquirições de 1258 registam que «...Vasconcelos é Onra. Item Stephanus Egee criou Tarasia Iohannis. Item Iohannino criou Roderico Iohannis...» (cf. apêndice documental publicado por Pedro de Azevedo, 1904, p. 378).

⁷² Bernard Fournioux, 1988, p. 256.

⁷³ Inq. 1288, S. Salvador de Amares: «...toda a vjlja he honra per razom que he herdamento dos de Vasconcelos. E foy do Espital e guanharõno per canbho» (cf. Pedro de Azevedo, 1904, p. 378).

incluídos na freguesia de Santa Maria de Ferreiros⁷⁴. O mesmo documento acrescentava que se tratava de uma honra «muy de velho» e que teria sido instituída no tempo de D. Egas Fafes⁷⁵. Cremos que esta preocupação em se referir que Vasconcelos era Honra Velha instituída por D. Egas Fafes de Lanhoso se pode compreender se atendermos aos propósitos com que D. Dinis lançara as Inquirições de 1288: destrinçar as Honras Velhas, legítimas, das Honras Novas, abusivas, a fim de se mandar devassar as terras que haviam sido indevidamente honradas.

Por outro lado, as Inquirições de 1288 fornecem-se elementos interessantes quanto aos objectivos dos de Vasconcelos: uma filha de Rodrigo Anes, o Trovador, fora criada em St.^a Maria de Ferreiros enquanto que um filho seu o fora em *Beberelos* (*Vivirelos*)⁷⁶. A linhagem procurava, deste modo, e socorrendo-se à prática do amádigo, ampliar os seus bens de raíz, avançando para Oeste os limites do território da sua Honra. Em 1290 as suas pretensões tinham-se alargado também ao casal de *Barro* (?) e ao lugar de *Cimo de Villa* (?), que não conseguimos identificar mas que se implantariam, por certo, nas imediações mais próximas da Honra de Vasconcelos⁷⁷. A cartografia que ensaiamos para a evolução dos bens honrados dos Vasconcelos (fig. 4) revela bem a tendência expansionista encetada pelos membros daquela linhagem, socorrendo-se quer do amádigo quer de escambos para atingirem os seus fins. As Inquirições de 1301 e de 1308 mostram, por outro lado, que na

⁷⁴ Inq. 1288, S.^{ta} Maria de Ferreiros: «...a hj Vasconcellos e Ryo bõo e a bamarya que ssom todo honrra de Rodrigo Anes e de Pedro Anes de Basconçelos e disse que toda esta honra foy muy de velho...» (Pedro de Azevedo, 1904, p. 378).

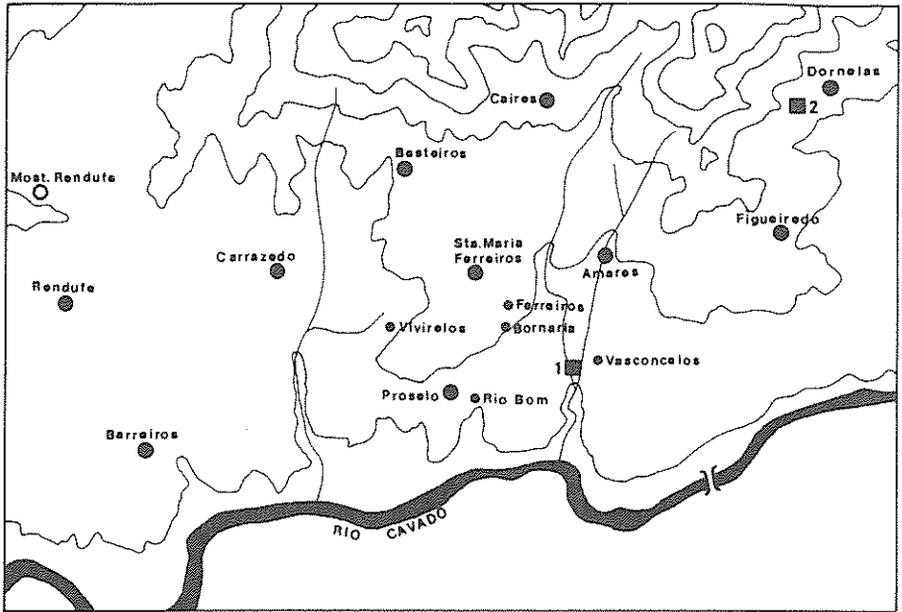
Note-se que Rodrigo e Pedro Anes de Vasconcelos tinham sido os protagonistas do processo de concentração da Honra nas mãos da família, em 1265.

⁷⁵ Inq. 1288: «Preguntado per qual Rey foy esta honrra feycta disse que o nõ ssabya. Preguntado de que tempo foy ffeita esta honrra disse que o nõ ssabya salvo disse que ouuyo djzer que o foy de tempo de Dom Egas Fafez.» (Pedro de Azevedo, 1904, p. 378).

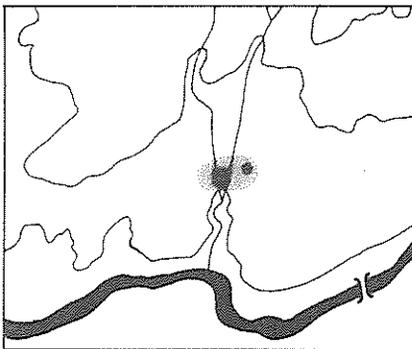
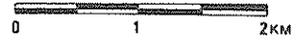
⁷⁶ Inq. 1288: «Preguntado sse a hj honrra per amadigo disse que no casal de Santa Maria de Fferryros criarom hj. filha de Rodrigues Anes de Basconcelos. Item disse que em Beberelos criarom hj outro filho de Rodrigue Anes. E destes logares nõ vaõ a anadoua per razõ destas crianças.» (Pedro de Azevedo, 1904, p. 378).

Rodrigo Anes de Vasconcelos, O Trovador, criado em S.^{ta} Maria de Ferreiros, teve dez filhos, cinco homens e cinco mulheres. Vivirelos é lugar de S.^{ta} Maria de Ferreiros. Em 1290 a Honra de Vasconcelos, com os lugares de Rio Bom e Bornaria, manteve-se confio tal, mas quanto aos casais de S.^{ta} Maria de Ferreiros e Barro e aos lugares de Vivirelos e Ferreiros, o monarca ordenaria que «seia devassos e entre hj moordomo del Rej polos seus dereitos» (Pedro de Azevedo, 1904, p. 379).

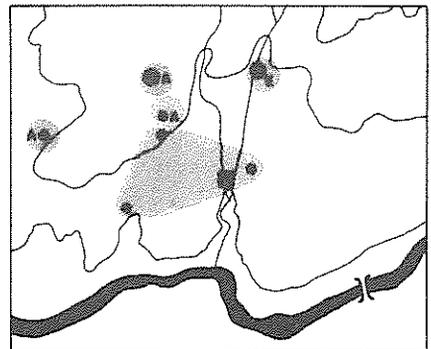
⁷⁷ O curso de água que passa junto à Torre de Vasconcelos é, ainda hoje, conhecido por Ribeira de *Bárrio*.



- | | |
|---------------------|------------------|
| ■ Torres Senhoriais | ▨ Terra Honrada: |
| ● Paroquias | A por Amadigo |
| ● Lugares | E por Escambo |



1258



1288

Fig. 4

viragem da centúria a família dos Vasconcelos procurava expandir os seus interesses para fora dos limites de Entre-Homem-e-Cávado, onde até então eles se tinham concentrado maioritariamente, e onde em 1301 impediam a existência de Juiz, Tabelião, Porteiro e Mordomo do Rei⁷⁸.

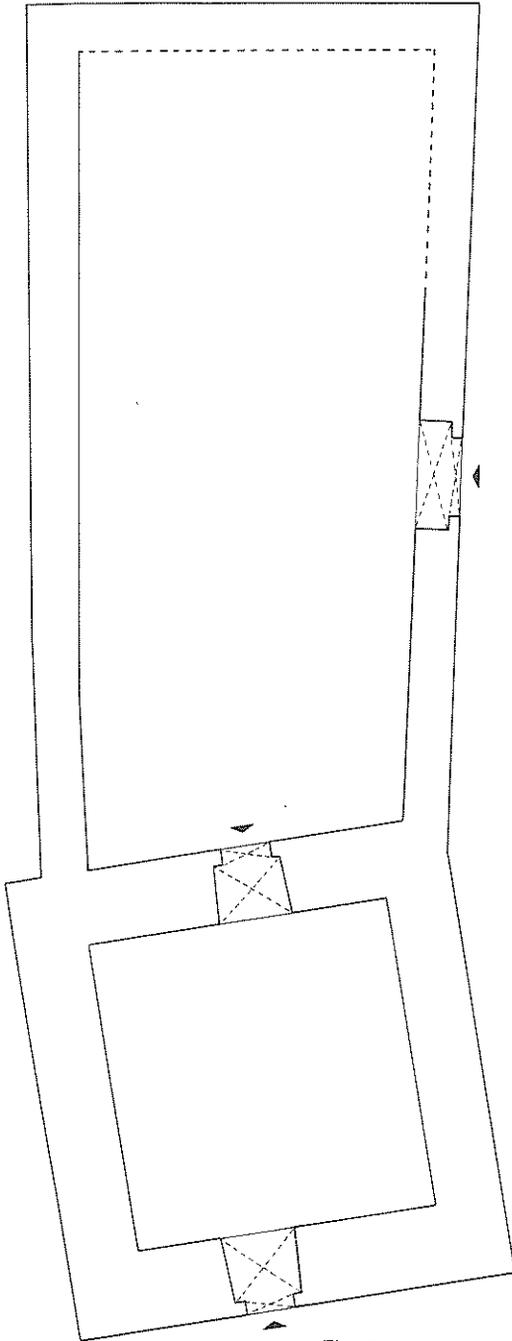
No lugar de Vasconcelos (freg. de Santa Maria de Ferreiros, conc. de Amares), encontram-se as ruínas da residência senhorial da linhagem (fig. 5 e fot. 1), uma estrutura fortificada que deve ter sido erguida em meados do século XIII, provavelmente pouco depois de, em 1265, Pero Anes e Rodrigo Anes de Vasconcelos terem entrado na posse da totalidade dos bens de Vasconcelos que se tinham dispersado pela descendência de seus avós maternos. O monumento resumia-se, numa primeira fase, a uma torre quadrangular, em pedra, implantada num pequeno esporão que a Sul e Leste apresenta desníveis abruptos. É provável que essas diferenças de cota tenham sido acentuadas artificialmente, favorecendo, deste modo, as condições de defesa. A Oeste corre a ribeira de Bário, que garantia o abastecimento da água àquela estrutura e que, ao definir um pequeno valado, reforçava as condições de defesa do local. Erguida no seio da Honra da família, junto de Vasconcelos, no coração de um vale de boa produtividade agrícola, e escolhendo nessas terras de cota baixa um esporão com meios de defesa naturais contornado por um pequeno ribeiro, a implantação da Torre de Vasconcelos pode ser considerada como um exemplo perfeito dos condicionalismos que rodearam a escolha do local para sediar uma residência senhorial fortificada. Alguns anos mais tarde, talvez ainda antes dos fins do século XIII, o edifício inicial viu-se ampliado pela construção de um anexo residencial de planta rectangular que foi adossado à torre na sua fachada voltada a Oeste. Com esta ampliação, o solar dos Vasconcelos passou a ocupar a totalidade do espaço disponível no extremo desse esporão.

A Torre de Vasconcelos, primeira construção a ser erguida, é um edifício de planta quadrangular com um espaço útil de 6,15m x 6,30m. Apresenta dupla sapata, hoje quase totalmente encoberta pelo aterro que o local foi sofrendo ao longo dos tempos. Da sua estrutura sobrevive, hoje, apenas o correspondente ao andar térreo e a parte do 1.º piso. Nas ruínas são apenas visíveis duas aberturas. Uma, a porta de acesso original, na parede Leste, com arco de volta perfeita composto por quatro aduelas que, na face voltada para o interior, apresenta a configuração de um arco abatido. Na secção dos seus muros são visíveis dois sistemas de tranca,

⁷⁸ O movimento começou já a ser registado em 1290, mas acentua-se em 1301 e 1308; cf. Pedro de Azevedo, 1904, p. 379/380.

opostos, e possuía uma porta de dois volantes com batente central. No alto do vão desta porta sobrevivem, ainda, os dois encaixes para rodar o eixo das bandeiras da porta. Esta era a única entrada que a Torre de Vasconcelos comportava inicialmente uma vez que era desnecessário multiplicar os pontos fracos de defesa num espaço tão reduzido. A presença do duplo sistema de tranca reforça esta interpretação. Infelizmente o estado de conservação da Torre não possibilita o conhecimento da tipologia das frestas que se deviam abrir nos restantes andares. A segunda abertura (Fot. 2), rasgada na parede Oeste da Torre, foi criada no momento em que lhe adossaram o corpo de planta rectangular para ampliar a área residencial, e por isso, porque corresponde a um segundo momento, não se encontra alinhada pela primeira porta (Fig. 5). É uma porta com a face interna de volta perfeita e, no seu estado de ruína, faltam as aduelas que compunham o arco voltado para o exterior. Entre a Torre e o anexo residencial há uma acentuada diferença de cotas o que faz pressupôr que para o acesso a esta porta deveria existir uma escada.

Pouco depois de ter sido edificada esta Torre, a família dos Vasconcelos acrescentou-lhe um anexo rectangular (Fot. 1), também pétreo, tendo em vista ampliar a área de residência. Este segundo corpo foi adossado à Torre mas apresenta, em relação a esta, um considerável desvio axial, fruto da área disponível que o esporão apresentava (Fig. 5). A nova construção possui um espaço útil de 7m x 14,20m e era servida por uma porta ampla, que ainda hoje sobrevive em bom estado de conservação. Ostenta um arco apontado composto por sete aduelas, e na sua face interna, também apontado, integra onze aduelas. No vão desta porta, bastante mais larga do que qualquer uma das que se abrem na torre, podem-se observar dois encaixes superiores para funcionamento dos dois eixos da porta que, à semelhança das da Torre, era composta por dois volantes com bastante central. Nas paredes do vão desta porta — que pelas suas características era a «porta nobre» da habitação — são visíveis os encaixes de dois sistemas de tranca (Fot. 3). Este corpo residencial do solar dos Vasconcelos era composto por, pelo menos, dois andares, sendo pouco provável que existisse um terceiro, a julgar pelos paralelos conhecidos para este tipo de residências. Apesar de a estrutura sobradada ter desaparecido há muito, ainda são visíveis os cachorros que, pela face interna dos seus muros, garantiam o apoio das traves do sobrado que corriam junto das paredes. E, uma fiada de pedras acima desses cachorros existem, desencontrados destes, diversos orifícios onde o travejamento perpendicular aos outros podia encaixar. Por estar arruinada na sua extensão superior, não conhecemos nem a tipologia nem o número de aberturas que integravam o 1.º andar desta residência, e o R/C não ostenta qualquer janela. Cremos que é provável que este R/C tenha albergado as



Torre de Vasconcelos
Ferreiros - Amares

Fig. 5

estruturas de apoio da casa, e que no 1.º andar estivesse localizada a *camara* ou a *aula* dos Vasconcelos⁷⁹.

Nas imediações da residência senhorial de Vasconcelos, afastada dela escassos metros, existe uma pequena capela de invocação de Santa Luzia que, segundo a tradição teria sido outrora pertença dos senhores de Vasconcelos. Cremos que há boas razões para supormos que se trata de capela privada do solar dos Vasconcelos, família que detinha, também, os direitos de apresentação na Igreja paroquial de Santa Maria de Ferreiros. Na pequena capela de Santa Luzia, que sofreu remodelações modernas que lhe desvirtuaram a traça medieval, ainda se podem observar seis cruces de sagração do templo mediévico: duas sobre o portal, ladeando uma inscrição seiscentista⁸⁰, outras duas junto das pequenas janelas que se abrem na fachada principal da capela, junto dos respectivos ângulos superiores externos e no interior do templo, ladeando o arco triunfal, o último par.

João Salgado de Araújo registava, em 1638, que a Torre de Vasconcelos ainda tinha, então, 40 palmos de altura «...estando no demais arruinada...» e que «...junto a ela construiu-se uma capela de invocação de Santa Luzia e que estava sagrada, sinal da sua antiguidade»⁸¹, enquanto que as Memórias Paroquiais de 1758 referem que «no lugar de Vascomçellos aonde se achão as ruinas situadas de hum grande castello ou torre onde foi o solar da illustrissima familia dos Vascomcellos deste

⁷⁹ Atente-se à regularidade de dimensões que estes anexos parecem apontar: 7m x 14,2 em Vasconcelos, 8m x 14m em Paranhos, 6m x 15m no Convento da Costa. No Solar dos Pinheiros as dimensões do anexo residencial da 1.ª fase não andariam muito longe destes valores. Pela área disponível seriam espaços indivisíveis, correspondendo a cada andar (R/C e 1.º) um único compartimento, tal como se verifica nas habitações civis europeias. Daí que a complementaridade que a Torre e as suas divisões assumiam fosse fundamental.

⁸⁰ Reza este letreiro:

1/ESTA CAPELA HE SAG
2/RADA E SEGUNDA VEZ RE
3/EDIFICADA TEM RELIQUI
4/AS NO ALTAR & INDULG

Domingos M. da Silva, 1959, II, p. 268, anotou que «na fachada da capela, notam-se a descoberto uns ornatos em relevo, forma — cruz de trevo de quatro folhas, restos da primitiva construção, que foi a «românica», como a do velho e arruinado solar».

⁸¹ Citado por Domingos M. da Silva, 1958, I, p. 49/50. Isso mesmo procura sublinhar a epígrafe ref. na nota anterior.

reyno está huma capella ... que em outro tempo fora da predicta caza de Vasconcellos...»⁸².

O solar dos Vasconcelos deve ter sido abandonado antes do século XVI, tendo por isso conseguido chegar aos nossos dias sem ter sofrido reformas modernas. Que em 1638 já se encontrava, desde há muito, abandonado garante-nos o testemunho de P.^o João Salgado de Araújo. Por esta feliz circunstância, a residência fortificada de Vasconcelos é um dos poucos exemplos que no nosso país se pode apontar para uma estrutura senhorial mediévia que preservou inalterados os seus espaços. Por outro lado, é um dos exemplos mais completos que conhecemos, composto por torre, anexo e capela. Ela pode ser, com toda a justiça, considerada como o modelo dessa solução arquitectónica que alcançou tanto sucesso no Entre-Douro-e-Minho.

Não muito longe de Vasconcelos, no lugar do Outeiro (freg. de Dornelas, conc. de Amares), encontra-se o segundo monumento que aqui abordaremos: a Torre de Outeiro ou de Dornelas (Fot. 4). A ela andaram associados os membros de uma outra família nobre portuguesa que surge no século XIII e que, à semelhança dos Vasconcelos, também foram buscar o nome de linhagem ao topónimo do local onde se encontrava a sua Honra.

O primeiro a utilizar o nome de Ornelas foi o filho de Teresa Anes de Vasconcelos e de João Fernandes, o Franco (Fig. 6)⁸³. Segundo o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro esse filho teria sido Pedro Fernandes Ornelas⁸⁴. Afonso de Dornelas, no pequeno estudo que dedicou à origem desta família, no entanto, considera que esse filho ter-se-ia chamado Fernão Fernandes Anes de Dornelas, procurando contornar, deste modo, as dificuldades em explicar a passagem do nome de família⁸⁵. Pedro Fernandes de Ornelas, segundo o Conde D. Pedro, casou com uma filha de Domingos Anes Mouro⁸⁶, tendo tido um filho, João Pires de Ornelas, que haveria de ter, de sua mulher Maria Pires Cardos⁸⁷, dois filhos: Pedro Anes de Ornelas e Frei João de Ornelas.

⁸² Pedro de Azevedo, 1904, p. 365.

⁸³ LD, 9 S 7.

⁸⁴ É, pelo menos, o primeiro D'Ornelas a ser referido (LL, 44 A 6).

⁸⁵ Affonso Dornelas, 1912, p. 6/10.

⁸⁶ LL, 44 A 6.

⁸⁷ Na reconstituição da genealogia desta família (Fig. 6) a partir deste casamento de João Pires D'Ornelas com a filha de Pedro Anes Cardos e Joana Gomes, usamos os elementos de Felgueiras Gayo, que devem ser encarados com precaução (Felgueiras Gayo, 1940, Livro XXI).

GENEALOGIA DOS DE ORNELAS

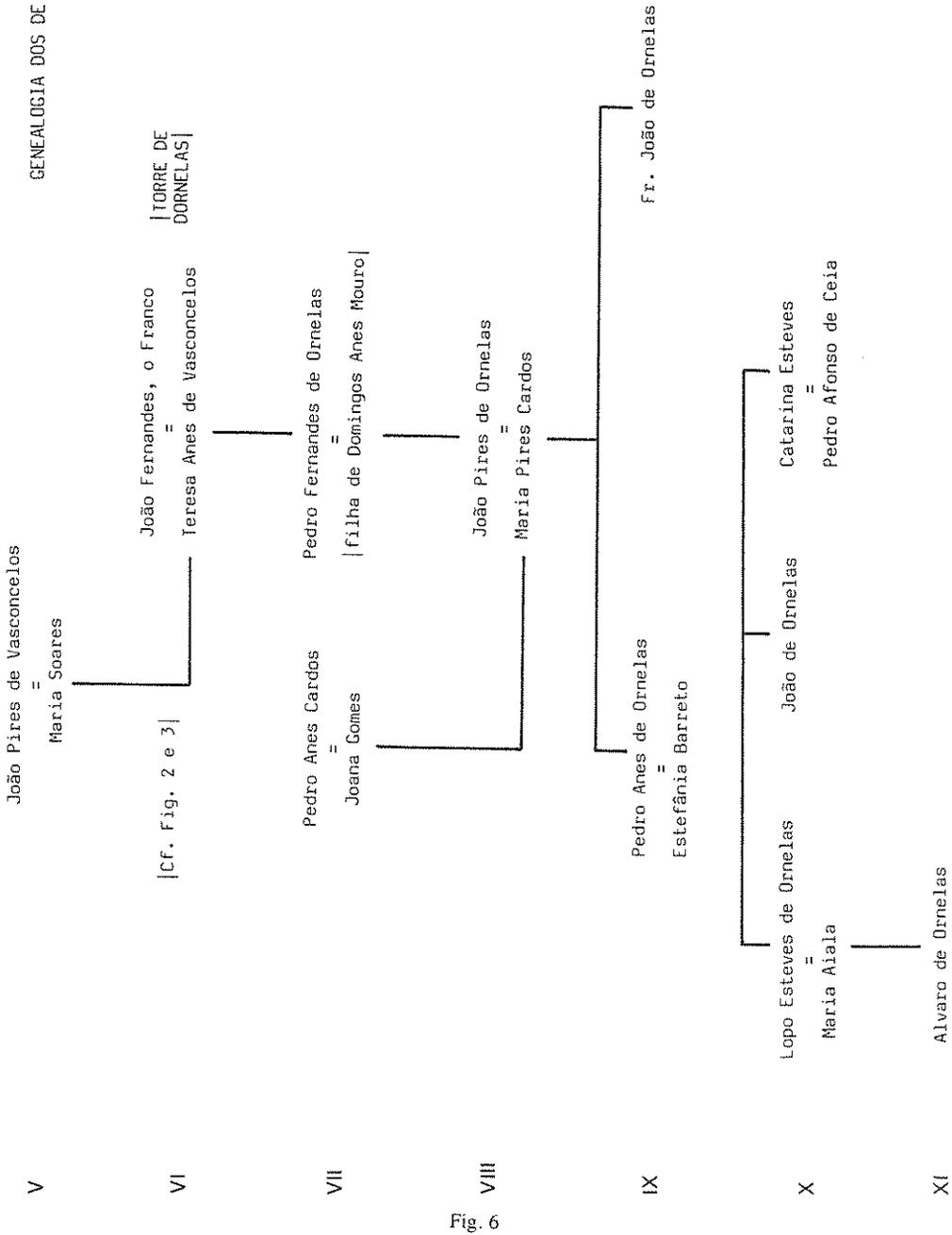
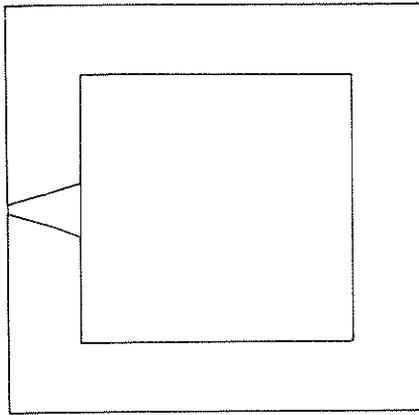
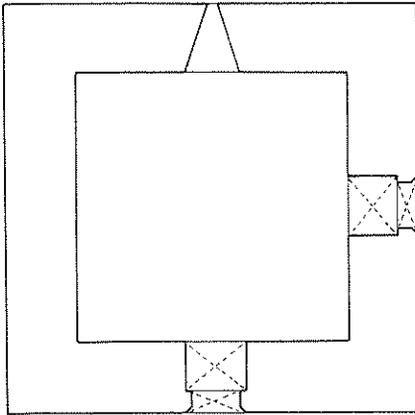


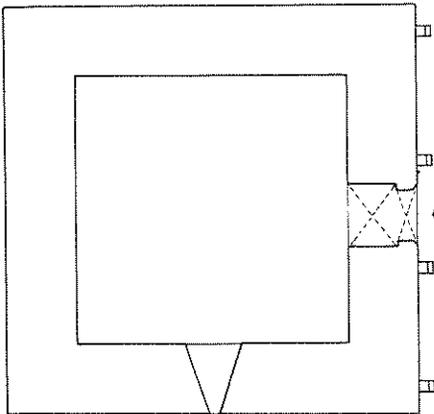
Fig. 6



3º ANDAR



2º ANDAR



1º ANDAR

Torre de Outeiro ou de Dornelas
Dornelas - Amares



Fig. 7

A Honra de Dornelas, que foi solar de origem desta família, deve ter entrado na posse de João Fernandes, o Franco, como dote de casamento quando este desposou a filha de João Pires de Vasconcelos, o Tenreiro. Nela, em meados da segunda metade do século XIII, mandaria erguer uma torre pétreia, de planta quadrangular, que é, hoje, o único testemunho da residência senhorial mediéfica (Fot. 4). A torre de Dornelas apresenta um espaço útil de 5m x 5m, perfeitamente esquadriado (Fig. 7). Com o andar térreo sem aberturas, o acesso ao seu interior realizava-se por uma porta de arco apontado que se abre no 1.º Andar. Ela obedecia, deste modo, às exigências de segurança, possuindo uma escada móvel, em madeira, que em caso de necessidade podia ser recolhida. A porta de entrada tem 1,15 m de largura, apresentando um arco apontado com face interna abatida. Nesta sobrevivem os encaixes para os eixos laterais da porta, um de cada lado, e nas secções do muro podem-se observar os orifícios de um sistema de tranca, o único que foi concebido e utilizado desde o momento da construção. A solução tipológica desta porta é em tudo semelhante à primeira porta da Torre de Vasconcelos, devendo ser quase contemporânea desta.

A Torre de Dornelas possuía, originalmente, três andares, todos constituídos por pisos de madeira (Fig. 7). No 1.º andar, para além da porta de entrada, existe ainda uma seteira aberta no centro da parede esquerda. No 2.º andar, sobre a porta de entrada, encontra-se uma janela de arco apontado, com intradorso abatido, sem bancos afrontados. Mede 1,10m de largura e está centrada com a porta de entrada, ambas levemente deslocadas para a esquerda se tomarmos o eixo da fachada da torre. Ainda neste segundo andar existe uma outra janela, na parede do lado esquerdo, centrada com as dimensões do muro, e em frente a esta uma seteira estreita. O sobrado apoiava-se em pedras salientes, à maneira de cachorros. O 3.º andar apresenta apenas uma seteira, aberta na parede oposta à da entrada, e o seu piso apoiava-se numa solução semelhante à que vemos no andar inferior. O acesso aos diferentes andares fazia-se por intermédio de uma escada adossada à parede oposta à da porta de entrada, cuja estrutura em madeira se apoiava em várias pedras salientes que se podem observar ao longo do muro. Por isso esta parede do fundo não possui qualquer abertura nos dois primeiros andares. É provável que esta torre fosse outrora coroada por um pequeno caminho de ronda, aproveitando a espessura dos seus muros para apoio do adarve. Dos seus merlões nenhum resta *in situ*, e no estado actual todo o seu interior encontra-se em ruínas. Sobre a porta de acesso, voltados para o exterior, encontram-se quatro pequenos modilhões (Fot. 4) para apoio de uma estrutura em madeira, que também não sobrevive. As seteiras da torre de Dornelas são abocinadas, mantendo as faces superior e inferior paralelas.

O Paço de Dornelas era, certamente, composto por anexos laterais destinados a prolongar o espaço de residência. Infelizmente, ao contrário do que aconteceu em Vasconcelos, esta residência senhorial foi alvo de profundas remodelações em época moderna, pelo que não sobrevivem mais elementos datáveis da Idade Média. A torre medieval foi conservada como símbolo de prestígio e de nobilidade e, em torno dela, adoptando uma estrutura de casa-pátio com grande terreiro quadrangular, desenvolveram-se novos edifícios do século XVII, mandados erguer por Francisco de Sousa Teixeira entre 1672 e 1686. Dessas obras restam-nos dois portais com as datas de 1676 e 1686 gravadas nas padieiras respectivamente do R/C e do 1.º Andar, e numa construção anexa a esta, à direita do portal principal — brasonado — da quinta, duas epígrafes gravadas nas padieiras de outras tantas portas:

1/ FR^{co} DE SOUZA TEIXR^a E SUA ME^r
2/ ISABEL DE OLIVR^a MANDARÃO
3/ FAZER ESTAS CAZAS FORÃO CO
4/ MESADAS NO ANNO DE 1672 + 1682⁸⁸

1/ FR^{co} DE SOUZA TEIXR^a MAN
2/ DOU FAZER ESTA CAZA 1672⁸⁹.

É provável que tenha sido por esta altura que se destruíram as estruturas medievais anexas à torre, que poderiam ocupar o espaço de um dos edifícios modernos que hoje se apoiam de cada lado do velho torreão. Este remonta seguramente ao 3.º ou 4.º quartel do século XIII, sendo impossível que, como pretendeu Afonso Dornelas, já estivesse erguido em 981⁹⁰.

Um neto de João Pires de Vasconcelos, filho de Rodrigo Anes de Vasconcelos e de Mécia Rodrigues de Penela (Fig. 3 A), de seu nome Mem Rodrigues de Vasconcelos, interessa-nos particularmente para a compreensão do terceiro monumento, a Torre de Penegate (Fot. 5), única que não pertence, hoje, ao concelho de Amares. Mem Rodrigues de Vasconcelos pertencia à terceira geração da família que usava aquele nome e, no entanto, ocupava já uma posição social elevada. Homem de

⁸⁸ Já lida por Domingos M. da Silva, 1959, II, p. 260. embora com algumas incorrecções de pormenor.

⁸⁹ A Capela da Quinta é obra posterior, conforme documenta a data de 1772 gravada no seu portal.

⁹⁰ Afonso Dornelas, 1912, p. 7. pretende que o conde D. Rodrigo o Veloso nascera «no anno de 981 na própria Torre do Outeiro do Solar de Dornellas» (sic).

confiança de D. Dinis, foi por este nomeado Meirinho Mor de Entre-Douro-e-Minho, cargo que ocupou entre 1311 e 1324⁹¹, e Alcaide do Castelo de Guimarães⁹². Era Senhor do Couto de Penegate e de Freiriz⁹³, tendo-se casado primeiro com Maria Martins Zote, de quem teve três filhos, e mais tarde com Constança Afonso de Brito, de quem teve mais oito filhos (Fig. 3 A). Enquanto Meirinho Mor de Entre-Douro-e-Minho e Alcaide de Guimarães, Mem Rodrigues de Vasconcelos viu-se no centro da contenda que estalou entre D. Dinis e o herdeiro real, o infante D. Afonso, futuro Afonso IV. A fase mais grave deste conflito interno estendeu-se entre Dezembro de 1321 e Fevereiro de 1322, altura em que o Infante, com os seus partidários, toma Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, Gaia e o Porto, dirigindo-se depois para Guimarães⁹⁴. Aí encontrou a oposição de Mem Rodrigues que defendia o partido de D. Dinis e que resistiu à tentativa de conquista da vila e castelo⁹⁵. A paz entre o monarca e o herdeiro foi conseguida em Maio de 1322 mas, mesmo depois desse acordo, a posição de Mem Rodrigues de Vasconcelos, que ao defender o monarca havia atraído a inimizade de vários nobres de Entre-Douro-e-Minho, não era muito segura. A 5 de Outubro de 1322 D. Dinis concedia autorização régia para Mem Rodrigues erguer

«... hũa casa forte en'a sa herdade do couto de Penagati pera teer hy o corpo em salvo quando lhy comprisse e outrossy pera teer lhy a molher e os filhos que nom possam receber danos daqueles que hy a el mal querem polo meu serviço. E que nom podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huum homeem nom possa fazer casa forte no meu senhoryo sem meu mandado...»⁹⁶.

⁹¹ Cf. José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 197/198.

⁹² LL, 7 D 4.

⁹³ Anselmo Braamcamp Freire, 1973, I, p. 339; José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 198.

⁹⁴ José Antunes, António Resende e João Gouveia Monteiro, 1984, p. 118.

⁹⁵ LL, 7 D 4: «...e guardava a vila e o castelo uu cavaleiro que chamavam Meem Rodriguez de Vasconcelos, e defendeo-lha mui bem».

⁹⁶ Chanc. D. Dinis, Livro 3.º, fl. 146 v. A expressão «quando lhy comprisse» parece revelar que a Torre de Penegate estava destinada a ser residência temporária e eventual de Mem Rodrigues de Vasconcelos, o que parece lógico se atendermos a que enquanto primogénito do Trovador, Mem Rodrigues deveria ter residência na Torre de Vasconcelos. Pedro Anes de Vasconcelos, irmão do Trovador, que participou com este no processo de 1265, parece ter ocupado um lugar secundário no seio da família, tal como seus dois filhos. Viveu em Santarém e os seus filhos não tiveram descendência (cf. José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 184).

A construção de torres ou residências fortificadas tinha sido proibida por D. Dinis em 1314 e a sua construção carecia, desde então, de autorização expressa do monarca.

A Torre de Penegate, erguida pouco depois de 1322, revela-se um monumento particularmente interessante e significativo. Construída por necessidade *real* de defesa, ela obedece, mais do que qualquer outra torre senhorial dos séculos XIII ou XIV, aos condicionalismos militares. Ao contrário dos restantes exemplos que temos analisado, não se implanta numa zona agrícola, de vale, com cotas baixas, mas antes no alto de um monte demarcado por acentuados desníveis e, aí, coroando um penhasco de granito. A sua porta de entrada está soerguida do solo alguns metros, ostentando dois encaixes quadrangulares para apoio do acesso em madeira, móvel (Fot. 6). Por outro lado, na fachada oposta à da entrada, voltada sobre a vertente onde passava o único caminho de acesso ao cimo do monte, foi incluída uma varanda com matacões que permitia o tiro vertical (Fot. 7). Nas Memórias Paroquiais de 1758 regista-se que

«Junto desta capella | de Nossa Senhora da Pena | está hũa torre com ameyas toda de pedra de esquadria bem feita fundada sobre hũa penha de sorte que para entrar dentro he necessario pôr escada à penha, para, subindo, entrar pela porta. Esta torre não sintio ruina no terremoto assim como a não sintio esta freguezia em terras ou edeficios. Chama-se a torre de Penegate e he aquella de que fas memoria a Nobiliarchia Portugueza no capítulo quarto, nomeando por fundador a Mem Rodrigues de Vasconcellos (...)»⁹⁷.

O diploma de D. Dinis, de 1322, foi citado por numerosos autores, entre os quais Pedro de Azevedo, 1904, p. 372; José Machado, 1906B, p. 213; Luís Figueiredo da Guerra, 1925, p. 7; António Caetano do Amaral, 1945, p. 131, nota B; Carlos de Azevedo, 1969, p. 157; Anselmo Braamcamp Freire, 1973, I, p. 340; Fr. Francisco Brandão, 1980, Parte Sexta, Livro XIX, cap. 27, p. 415/416; José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 198.

Sobre a crise de 1319-1324, onde se insere todo este processo, cf. J. Mattoso, 1982B, 163-176.

Carlos de Azevedo (p. 157) e os *Tesouros Artísticos de Portugal* (p. 175) consideram que a Torre de Penegate foi autorizada em 1360 por D. Dinis (!), esquecendo-se de descontar 38 anos para adaptar a Era Hispânica à Era de Cristo.

⁹⁷ Pedro de Azevedo, 1904, p. 373. Anselmo Braamcamp Freire regista o depoimento de D. Afonso Manuel de Meneses, que dizia que a Torre «...toda da cantaria, à qual se sobe por uma escada de mão pella muita altura em que tem a porta, ainda neste anno de 1727 está em sua perfeição...» (1973, I, p. 340).

A construção da Torre de Penegate (freg. de S. Miguel de Carreiras, conc. de Vila Verde), no couto de Penegate que, segundo a tradição, teria sido instituído por D. Egas Pais de Penegate, obedece, portanto, a condicionalismos totalmente distintos dos que presidiram à construção de outras torres similares e, por isso, neste exemplo encontramos presentes, antes do mais, as preocupações de defesa.

Na sua fachada principal encontramos, para além da porta que se abre no 1.º Andar, apenas outra abertura, uma janela, no último piso. Na parede da direita uma fresta estreira rasga-se no 1.º Andar e, no piso superior, uma janela de tipologia semelhante à que se observa sobre a porta de entrada. Na parede oposta à entrada vê-se uma seteira e, no alto, uma varanda com matacães voltada sobre o acesso ao cimo do monte. Por último, na parede à esquerda da fachada principal encontram-se duas frestas largas, fruto de remodelações posteriores, e no piso superior uma janela semelhante às outras duas já referidas. A existência, neste último piso, de três janelas largas e da varanda munida de matacães leva-nos a pensar que esse seria o andar concebido por Mem Rodrigues para residência: ele era o mais iluminado e ventilado e aquele que, pela sua altura, melhores condições de segurança e de defesa podia oferecer. Por isso as suas janelas, de arco apontado, se apresentam tão largas, contrastando com as estreitas frestas do andar inferior. No alto da Torre, coroado por adarve, encontram-se merlões ponteagudos e, sobre a porta de entrada, algo descentrados em relação a esta, encontram-se dois cachorros que nos garantem ter ali apoiado uma estrutura em madeira. Desconhecemos se esta torre possuía anexos^{97A}.

Três irmãs de Mem Rodrigues de Vasconcelos — Constança, Maria e Guiomar Rodrigues de Vasconcelos — casaram-se com três Azevedos — Gomes, Vasco e Estevão Pais de Azevedo — numa inequívoca demonstração de como as alianças matrimoniais podiam ser importantes para as famílias da nobreza de Duzentos. Do casamento de Maria Rodrigues de Vasconcelos com Vasco Pais de Azevedo nasceram quatro filhos, sendo o primogénito Gonçalo Vasques de Azevedo que, juntamente com seu pai, esteve na batalha do Salado. Gonçalo Vasques de Azevedo casou com Berengária Vasques da Cunha, tendo tido um filho, Diogo Gonçalves de Castro. Com este senhor nobre encontra-se ligada à última residência que aqui estudaremos, de todas a mais recente.

^{97a} Foi objecto de restauro em 1939 (cf. Carlos de Azevedo, 1969, p. 157); na fotografia que José Machado publicou (1906B, p. 213) vê-se que no início do século faltavam os merlões e as duas ou três últimas fiadas de silhares, e que a janela com matacães se encontrava também arruinada, muito embora a sua reconstrução não oferecesse grandes dúvidas.

Vale a pena determo-nos um pouco no caso da Torre de Castro (freg. de Carrazedo, conc. de Amares) não só por ela corporizar a torre senhorial tardia de Entre-Douro-e-Minho mas também por outros aspectos que a ela, directa ou indirectamente, andam relacionados. O primeiro destes aspectos diz respeito ao próprio nome de Diogo Gonçalves de Castro. Diogo Gonçalves era, como vimos, filho de Gonçalo Vasques de Azevedo e, nesse sentido, deveria usar o nome da linhagem a que pertencia, os Azevedos. Os linhagistas memorizaram-no como Diogo Gonçalves de Castro por ele ter sido Senhor da Torre de Castro, que mandou erguer em Carrazedo, tendo-se votado ao esquecimento o facto de ele ser, pela sua família, um Azevedo. Durante algum tempo entendeu-se que haveriam dois ramos da nobreza que tinham usado o nome de Azevedo. Braamcamp Freire entendia que a velha linhagem dos Azevedos se extinguiu com Gonçalo Vasques e seus irmãos, enquanto que a nova família dos Azevedos surgira com Lopo Dias de Azevedo, filho de Diogo Gonçalves de Castro⁹⁸. Na realidade, Lopo Dias de Azevedo é neto de Gonçalo Vasques, filho de Diogo Gonçalves de Azevedo, senhor de Castro, e da sua mulher, Aldonça Anes Coelho⁹⁹. O seu túmulo, que tivemos oportunidade de identificar, encontra-se no Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, e ostenta, no lateral maior as armas dos Azevedos e dos Coelhos, aludindo a seus pais: a Águia dos Azevedos ao centro, no escudo, e os Leões dos Coelhos na bordadura, dispostos em quaderna¹⁰⁰. Trata-se, portanto, de uma única família de Azevedos. Diogo Gonçalves era neto de Maria Rodrigues de Vasconcelos e bisneto de Rodrigo Anes e Vasconcelos, o Trovador, sendo provável que tenha sido por esta via de parentesco que teve acesso aos bens em Castro — a escassos quilómetros da Honra de Vasconcelos — onde mandou erguer uma residência fortificada que integrava a Torre hoje sobrevivente¹⁰¹.

A Torre de Castro deve ter sido erguida pelos meados do século XIV, tendo sofrido importantes remodelações cerca de um século mais tarde, bem patentes na solução de coroamento que ostenta (Fot. 8). Trata-se de uma grande torre de planta quadrangular que, à semelhança do que se verifica com outras construções similares, escolheu um vale agrícola para se implantar, optando dentro desse espaço por uma pequena

⁹⁸ Anselmo Braamcamp Freire, 1973, III, p. 195 e nota 1.

⁹⁹ José Augusto S. M. Pizarro, 1987, p. 58/59 e 211.

¹⁰⁰ M. J. Barroca, 1987, p. 417/418.

¹⁰¹ José Machado, 1906C, p. 368, refere que a quinta de Castro fora de Rui Vicente de Penela, sogro de Rodrigo Anes de Vasconcelos, o Trovador, e avô de Maria Rodrigues de Vasconcelos (Fig. 3A), passando para os Azevedos pelo seu casamento com Vasco Pais de Azevedo.

elevação. A Torre de Castro — que infelizmente não tivemos oportunidade de analisar como gostaríamos por nos ter sido vedado o acesso pelo seu proprietário — parece ser um dos poucos casos de torres senhoriais portuguesas que apresenta fosso defensivo. Do seu espaço interno pouco podemos acrescentar. Esta torre sofreu reformas no século XVI, que lhe vieram alterar toda a solução do coroamento. O que hoje se pode observar, quer pelo friso que a percorre em todas as fachadas, quer pelos torreões de ângulo munidos de matacões, quer ainda pelas goteiras, é obra dessa centúria e, segundo Carlos de Azevedo, ficou-se a dever à iniciativa de Manuel Machado de Azevedo¹⁰². A estrutura que então se concretizou encontra paralelo estreito em outras torres tardias da área, mormente na Torre de Gomariz (Cervães, Vila Verde), erguida por Pedro da Cunha nos fins do séc. XV ou inícios do século XVI¹⁰³. Mas as obras dos inícios do século XVI não foram as únicas que aquela torre senhorial sofreu. Em 1699 a Torre de Castro seria objecto de nova intervenção, de que ficou memória numa inscrição da fachada Norte que, segundo José Machado, é do seguinte teor:

1/ ESTA TORE MANDOV
2/ REFORMAR ANTONIO
3/ E LVIZA SVA MOLHER
4/ SENHORES E DONATA
5/ RIOS DESTE CONC^o
6/ ANNO DE 1699¹⁰⁴.

António Felix Machado, 2.º Marquês de Monte-Belo e Conde de Amares, foi casado com Luisa Maria de Mendonça e Eça¹⁰⁵.

¹⁰² Carlos de Azevedo, 1969, p. 128. A Torre de Castro não é, como entendeu Luís Figueiredo da Guerra (1925, p. 6), obra do século XVI, mas anterior, tendo então sofrido reformas.

¹⁰³ Cf. José Machado, 1906D, p. 432; Carlos de Azevedo, 1969, p. 146 e fot. 6; Leonídio de Abreu, 1963, p. 47.

A mesma solução encontra-se noutras torres do Norte de Portugal, nomeadamente na Torre de Quintela (Vila Marim, Vila Real) (cf. Carlos de Azevedo, 1969, p. 164; Henrique Botelho, 1905, p. 292/295).

¹⁰⁴ Na impossibilidade de termos estudado esta inscrição, preferimos a leitura de José Machado (1906C, p. 370) à de Carlos de Azevedo (1969, p. 128) por nos parecer potencialmente mais fidedigna.

¹⁰⁵ Cf. Domingos M. da Silva, 1984, p. 97; José Machado, 1906C, p. 370.

A Torre de Castro encontra-se, hoje, integrada num conjunto de construções de época moderna que destruíram os anexos residenciais mediévícos. Carlos de Azevedo refere que estas datam dos séculos XVI-XVII, mas que no seu interior têm «vestígios de épocas mais remotas, provavelmente, até, anteriores ao século XV»¹⁰⁶, confundindo, no entanto, as muralhas que circundam a propriedade, que são indiscutivelmente modernas, com obra medieval.

¹⁰⁶ Carlos de Azevedo, 1969, p. 30.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Leonídio) — *História, Arte e Paisagens do Distrito de Braga. Concelho de Vila Verde*, Braga 1963
- AMARAL, António Caetano do — *Memória V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, Porto, Liv. Civilização, 1945
- ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende; e MONTEIRO, João Gouveia — «Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão», *Revoltas e Revoluções, Revista de História das ideias*, 6, Coimbra, 1984, p. 25-160
- AZEVEDO, Carlos de — *Solares Portugueses. Introdução ao estudo da Casa Nobre*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969
- AZEVEDO, Pedro A. d' — «Os de Vasconcellos», *Arquivo Histórico Português*, tomo II, Lisboa, 1904, p. 363-380.
- BARROCA, Mário Jorge; e MORAIS, António Joaquim Cardoso — «A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena», *Portugália*, Nova Série, vol. VI/VII, Porto, 1985/1986, p. 35-88
- BARROCA, Mário Jorge — *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, Porto, ed. policopiada, 1987
- BARROCA, Mário Jorge — «A ocupação medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem», *Arqueologia*, n.º 17, Porto, Junho de 1988, pp. 159-171
- BINNEY, Marcus — *Casas nobres de Portugal*, Lisboa, Difel, 1987 (com Introdução de Manuel Pedro Rio de Carvalho)
- BOUARD, Michel de — *Manual de Arqueologia Medieval*, Barcelona, Teide, 1977
- BRANDÃO, Fr. Francisco — *Monarquia Lusitana, Parte Sexta*, Lisboa, IN-CM, 1980
- BRAUN, Hugh — *English Mediaeval Architecture*, London, 2 1985 (cap. IX «Private houses», e cap. XIII «Great Houses»)
- BUR, Michel (dir. de) — *La Maison Forte au Moyen Age*, Actas do Colóquio de Pont-à-Mousson, 1984, Paris, CNRS, 1986
- CABESTANY, Joan-F. — «Tres mansos medievals (Pontons)», sep. de *Atti del Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale*, Palermo, 1976
- CAETANO, Marcelo — *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa, Verbo, 2 1985
- CARLÉ, Maria del Carmen — «La casa en la Edad Media Castellana», *Cuadernos de Historia de España*, vol. LXVII-LXVIII, Buenos Aires, 1982, p. 165-229
- CARVALHO, Manuel Pedro Rio de — vd. BINNEY, Marcus (1987)
- CASABONA SEBÁSTIAN, J. F.; GARGALLO MONFORTE, E.; IBAÑEZ GONZÁLEZ, E.J.; e MORALES GÓMEZ, J.J. — «Torre del Puerto (Puertomingalvo). Un ejemplo de arquitectura rural de orígens medieval», *Arqueologia Espacial*, vol. 10 (*Coloquio sobre el Microespacio*, 5) Teruel, 1986, p. 205-222

- CORTEZ, Fernando Russel — «Restos arqueológicos de Vila do Conde. I. O Castro de Argifonso», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XII, Porto 1949
- COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959
- COSTA, Avelino de Jesus da — «Os mais antigos documentos escritos em Português» *Revista Portuguesa de História*, tomo XVII, Coimbra, 1979, p. 263-340.
- DEBORD, André — «Motte Castrale et Habitat Chevaleresque», *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire Médiévales en l'Honneur du Doyen Michel de Boüard*, Paris-Genève, Droz, 1982, p. 83-89
- DEBORD, André — «A partir de l'Angoumois: Réflexion lexicographique sur la notion de Maison Forte», in BUR, Michel (1986), p. 307/315
- DORNELLAS, Affonso — *Dornellas. Investigação Histórica d'este apelido*, Lisboa 1912
- FERNANDES, A. de Almeida — *A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense. Parte I — Problemata*, Guimarães, 1981 (4. A Residência Senhorial, p. 101/150)
- FOURNIER, Gabriel — *Le Château dans la France Médiévale. Essai de sociologie monumentale*, Paris, Aubier, 1978
- FOURNIOUX, Bernard — «Les Chevaliers Périgordins et leur assise territoriale aux XIII^e-XIV^e Siècles», *Archeologie Médiévale*, vol. XVIII, Caen, 1988 p. 255-272
- FREIRE, Anselmo Braamcamp — *Brasões da Sala de Sintra*, vols. I e III, Lisboa, IN-CM, 1973
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e — «O Castelo do Paranho, em Terroso (Póvoa do Varzim)», *Douro-Litoral*, vol. III, fasc. VII, Porto, 1949, p. 51/53
- GAYO, Felgueiras — *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Barcelos, 1940/1941 (vols. XXI e XXVIII)
- G.E.P.B. — «Vasconcelos», *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. 34, p. 267-270.
- GIULIATO, Gérard — «Le Maison Forte en Lorraine Centrale au Moyen Âge», in BUR, Michel (1986), p. 163/173
- GUERRA, Luís Figueiredo da — *Torres Solarengas do Alto Minho*, Coimbra, 1925 (Sep. de O Instituto, vol. 72, n.º 4)
- LOUISE, Gérard — «Les Maisons Fortes du Bocage normand (XII^e-XV^e siècles)», in BUR, Michel (1986), p. 31/41
- MACHADO, José — «Paço de Giella», *A Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, n.º 5, Lisboa, 1.º Semestre 1906, p. 134
- MACHADO, José — «Torre de Penegate», *A Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, n.º 7, Lisboa, 1.º Semestre 1906, p. 213
- MACHADO, José — «Casa de Castro», *A Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, n.º 12, Lisboa, 1.º Semestre 1906, p. 368/370
- MACHADO, José — «Torre de Gomariz», *A Ilustração Portuguesa*, 2.ª Série, n.º 14, Lisboa, 1.º Semestre 1906, p. 432
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1974
- MATTOSO, José; e PIEL, Joseph (Ed. de) — *Livros Velhos de Linhagens. Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980
- MATTOSO, José (Ed. de) — *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, II, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1980

MATTOSO, José — *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981

MATTOSO, José — *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1981 («O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)», p. 205/279)

MATTOSO, José — *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Ed., 1982

MATTOSO, José — «A Guerra Civil de 1319-1324», *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, p. 163-176

MATTOSO, José — *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, INCM, 1983

MATTOSO, José — «A Crise de 1245», *Revoltas e Revoluções, Revista de História das Ideias*, 6, Coimbra, 1984, p. 7-23

MATTOSO, José — *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols, Lisboa, Ed. Estampa, 1985

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (Ed. de) — *Vida e Milagres de S. Rosendo*, Porto 1970

PESEZ, Jean-Marie — «La Maison médiévale (XI^e-XIII^e siècles)», *Materiaux pour l'histoire des cadres de vie dans l'Europe Occidentale (1050-1250)*, Nice, 1984, p. 109-134

PIZZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor — *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução da Família Nobre — Séculos XI a XIV)*, Porto, ed. policopiada, 1987

RAPOPORT, Amos — *Pour une Anthropologie de la Maison*, Paris, Dunod, 2^e 1985

REAL, Manuel Luís — «Santa Marinha da Costa. Notícia Histórica», *Pousada de Santa Marinha, Guimarães, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, vol. 130, Lisboa 1985

SAMPAIO, Alberto — *As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Vega, 1979

SETTIA, Aldo A. — «Tra Azienda Agricola e Fortezza: Case Forti, «Motte» et «Tombe» nell'Italia Settentrionale. Dati e Problemi», *Archeologia Medievale*, vol. VII, Firenze, 1980, p. 31/54

SILVA, Domingos M. da — *Entre Homem e Cávado*, vol. I e II, *Monografia do concelho de Amares*, Amares, 1958 e 1959

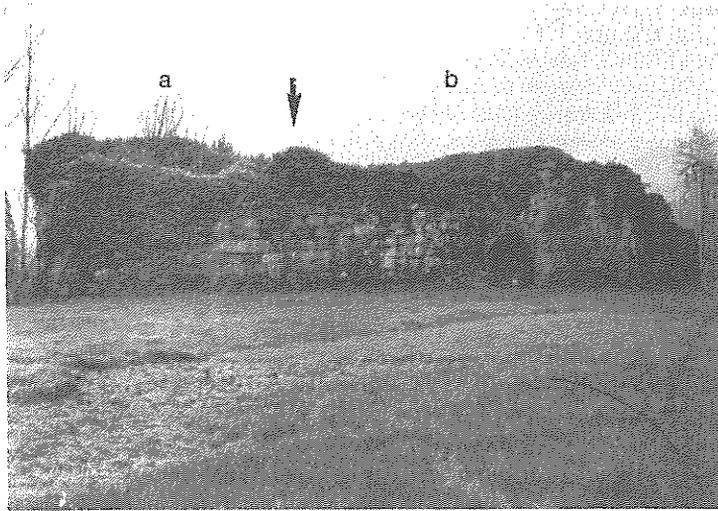
SILVA, Domingos M. da — *Entre Homem e Cávado. Cantigas*, Amares, 1981

SILVA, Domingos M. da — *D. Félix Machado e o Condado de Amares*, Braga 1984

SOUSA, José João Rigaud de — «Torre de Oriz», *Lucerna, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, 1984, p. 341-354

VÁRIOS — «O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, IV Série, n.º 2, Lisboa, 1978, p. 399-440

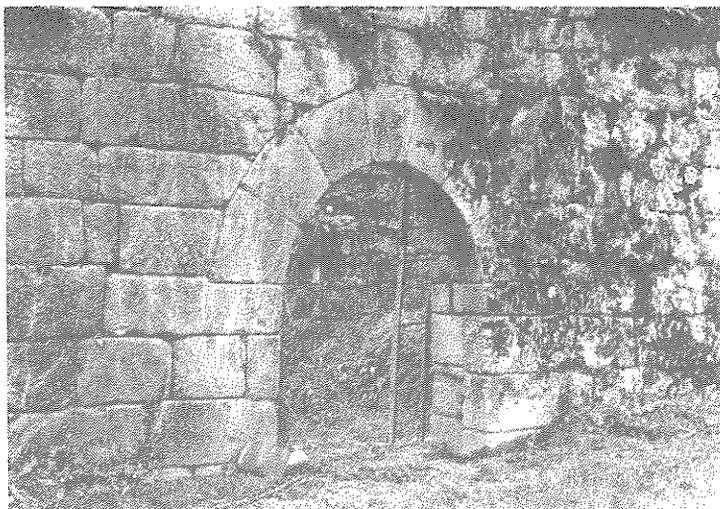
WAHA, Michel de — «Habitat «seigneuriale» et paysage dans le Hainaut Médiéval» in BUR, Michel (1986), p. 95/111



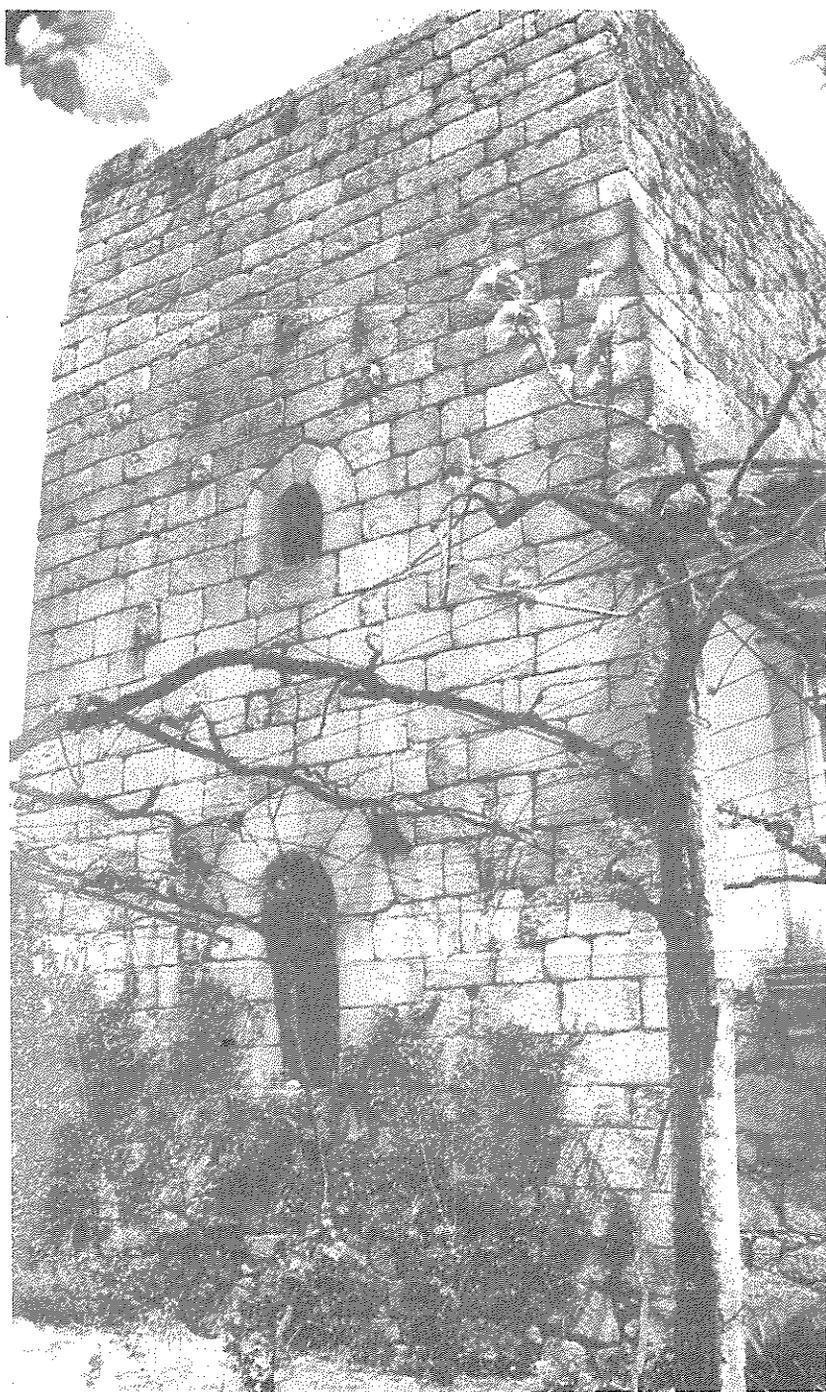
Fot. 1 — Residência Fortificada de Vasconcelos. Torre (a — 1.ª Fase)
e Anexo Residencial (b — 2.ª Fase).



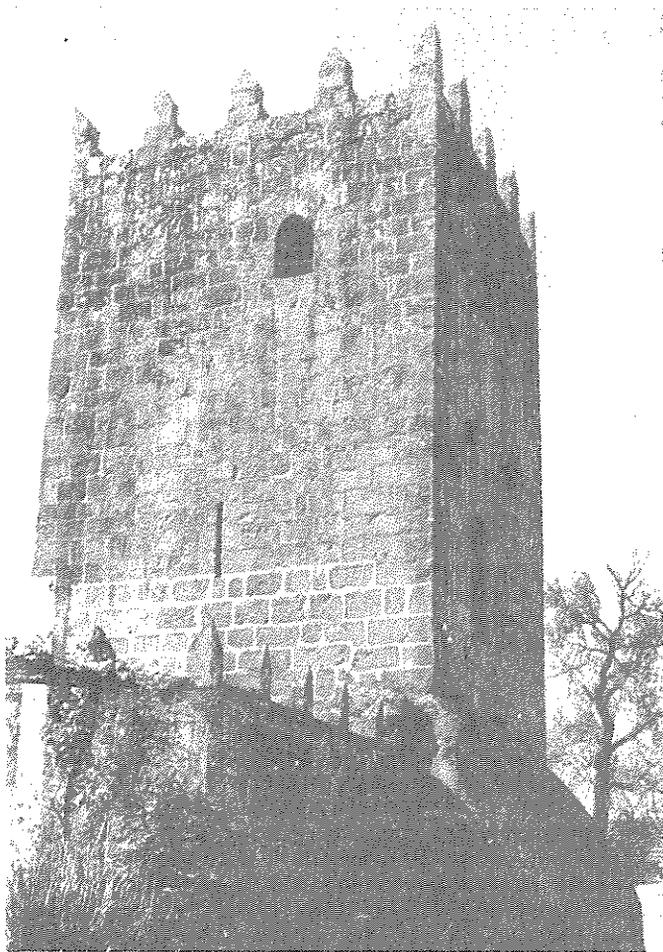
Fot. 2 — Porta de Comunicação entre a Torre e o Anexo Residencial de Vasconcelos (2.ª Fase).



Fot. 3 — Porta Nobre do Solar de Vasconcelos (2.ª Fase).



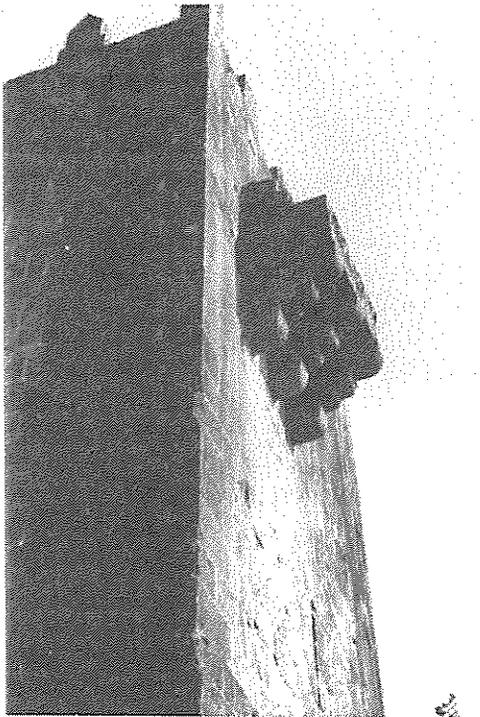
Fot. 4 — Torre do Outeiro ou de Dornelas, de João Fernandes, o Franco.



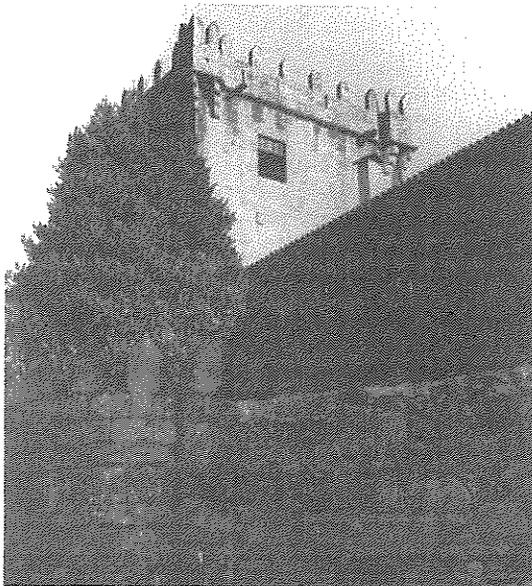
Fot. 5 — Torre de Penagate, de Mem Rodrigues de Vasconcelos (1322).



Fot. 6 — Porta de Acesso da Torre de Penegate, com encaixes para escada móvel.



Fot. 7 — Varanda com Matacões da Torre de Penegate.



Fot. 8 — Torre de Castro, de Diogo Gonçalves de Azevedo.

